



Revista Brasileira de
**História
Militar**

Ano II - N° 04
Abril 2011



Editorial

Para nós é uma grande satisfação começar o segundo ano da Revista Brasileira de História Militar trazendo trabalhos produzidos em diversos pontos do Brasil. Esta edição trata de temas tão diversos como a Guerra do Peloponeso ou a Educação Militar antes do Período Pombalino, além das Guerras do Paraguai e do Contestado. Para tanto, contamos nesta edição com a participação ilustre dos professores: Pedro Paulo Funari, da Unicamp; Mário Maestri, da Universidade de Passo Fundo; Rogério Rosa Rodrigues, da Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus – BA) e Maria Luiza Cardoso da Universidade da Força Aérea. A eles, nossos sinceros agradecimentos.



Cesar Machado Domingues

Editor Responsável.



Imagem nesta página:

Dois hoplitas, Khairedemos e Lykeas, mortos durante a guerra do Peloponeso, arte clássica, estela funerária, cerca de 420 a.C., Museu arqueológico do Pireu.



Revista Brasileira de
**História
Militar**

historiamilitar.com.br
ISSN 2176-6452

Conselho Editorial

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Prof. Ms. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza

Editor Responsável

Cesar Machado Domingues

Editores Associados

Carlos Eduardo M. Gama
Ronaldo Lucas da Silva

Administração e Redação

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.000-000
(21) 2537 6053 / 8896 7122
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

Revisão e Diagramação

Daniel Albino da Silva



Índice

Usos da Guerra do Peloponeso.....6

Pedro Paulo Abreu Funari

Os Positivistas Ortodoxos e a Guerra do Paraguai.....14

Mário Maestri

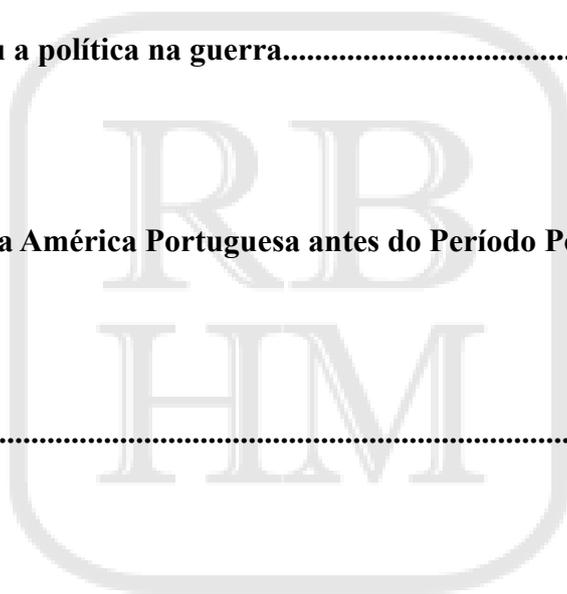
A Guerra como política ou a política na guerra.....37

Rogério Rosa Rodrigues

Aulas públicas militares na América Portuguesa antes do Período Pombalino.....49

Maria Luiza Cardoso

Livro em Destaque.....74



O MUNDO OCIDENTAL E SUAS LEITURAS DA GUERRA DO PELOPONESO

A guerra do Peloponeso foi a primeira grande guerra do período do mundo ocidental, e continuou, durante séculos, a ser um tema de discussão tanto para os militares quanto para os políticos. Compreende-se essa perenidade por várias razões. Antes de tudo, trata-se do primeiro conflito entre duas alianças políticas de características nitidamente diferentes: de um lado, uma democracia dinâmica e comercial, do outro, uma potência militar terrestre e oligárquica. Atenas e Esparta, ainda que tivessem por coadjuvantes seus aliados, mantiveram-se, durante mais de dois mil anos, como modelos a se imitar ou a se evitar. Há, em seguida, a narrativa do historiador Tucídides que teve um papel maior. Com efeito, para além da importância do conflito, é própria existência dessa narrativa detalhada e comentada que apaixonou as pessoas e continua a interpelá-las ainda hoje. Mais do que nunca, podemos dizer que é a narrativa do historiador coetâneo dos fatos que foi determinante para nossa percepção da História até os nossos dias.

O ÊXITO E REPERCUSSÃO DE TUCÍDIDES JÁ NA ANTIGUIDADE

A obra de Tucídides já era conhecida e apreciada pelos contemporâneos do autor, dentre os quais, o filósofo Aristóteles, que foi preceptor do jovem Alexandre, o Grande, da Macedônia. Tendo conhecido a guerra e a interpretação que dela fez Tucídides, Aristóteles transmitiu, a seu aluno Alexandre, os ensinamentos que tirou dela. Entre as lições de seu mestre filósofo, Alexandre deve ter apreendido a idéia de que as cidades gregas sofriam de uma grande fragilidade, por causa, principalmente, de uma falta de coordenação entre elas: as alianças entre as cidades independentes eram instáveis, e só o poder real podia garantir uma unidade. A *arkhē* (ἀρχή) de Atenas – ainda que traduzida por “império” – não tinha nem o objetivo nem os meios de conquistar as outras cidades; tampouco reunia a cidade as condições necessárias para manter uma administração imperial viável. Sendo rei da Macedônia, com uma organização política e militar muito eficaz, a conquista da Grécia pareceu a Alexandre não só possível, mas até mesmo fácil. O objetivo de Alexandre era bater um

¹ Traduzido do original francês por Luciano Pinto.

² Pedro Paulo A. Funari, professor do Departamento de História e Coordenador do Centro de Estudos Avançados da Unicamp, www.gr.unicamp.br/ceav.

império extenso, e, para isso, ele tinha de evitar as armadilhas das alianças militares, tais como as ligas das cidades gregas (liga de Delos, liga do Peloponeso). Ademais, pode supor-se que a idéia de associar os orientais, e, mais precisamente, as elites do Oriente, à administração imperial deve-se muito aos fracassos políticos dos atenienses, mesmo se, sobre esse assunto, as fontes antigas são sucintas.

Quanto aos romanos, eles conheceram tardiamente a narrativa do conflito grego do fim do século V. Se a expansão romana dos primeiros séculos nada deve à guerra do Peloponeso, sua influência ampliou-se no fim da República. Por outro lado, essa influência não se deu de modo direto, pois os romanos não gostavam de reconhecer suas dívidas em relação aos gregos, sobretudo no que concerne às questões militares. Tucídides (460-395 a.C.) era leitura corrente desde o século II a.C., e o primeiro historiador latino, Salústio (86-34 a.C.), escreveu sua monografia sobre as guerras romanas sob a influência direta do mestre grego e de sua análise da guerra do Peloponeso.

Em primeiro lugar, Salústio introduz, em latim, usos lingüísticos gregos, como o dativo de interesse (*dativus iudicandis*), para falar da participação do povo no exército: “*Pensava-se que a plebe não queria servir o exército*” (*neque plebi militia uolenti putabatur*; Salústio, *Guerra de Jugurta*, LXXXIV, 3). Como no caso de Atenas, Salústio interpreta o conflito interno à cidade como uma oposição entre um partido democrático e os oligarcas, o partido popular sob o comando de um general honesto e os aristocratas conduzidos por militares incompetentes e ávidos por poder. O discurso de um líder do partido popular, C. Memmius, emprega modos de expressão gregos para descrever as conspirações dos aristocratas: “*Como eles têm o mesmo objetivo, o mesmo medo do inimigo, uniram-se num grupo fechado*” (*quos omnes eadem cupere, eadem odisse, eadem meture in unum coegit*, Salústio, *Guerra de Jugurta*, XXXI, 14).

Na época do apogeu do Império romano, outro historiador latino, Tácito (55-120 d.C.) associa o novo regime, o Principado (27 a.C.-285 d.C.), à leitura de Tucídides e dos historiadores do fim do século V e início do IV a.C., que imitavam seu estilo. Primeiramente, é notável que o próprio Tácito imitava o estilo de Tucídides. Contudo, ele não tinha as mesmas preocupações que o autor grego, que tomava o cuidado de não mencionar os detalhes da vida pessoal das personagens históricas; nenhuma palavra da parte de Tucídides sobre as relações entre Péricles e Aspásia, sua mulher. Tácito, pelo contrário, descreve os humores de diferentes atores da vida pública. Nesse respeito, Tácito estava mais próximo de sua época e de Plutarco (46-120 d.C.). Por outro lado, suas descrições simpáticas

dos povos submissos ao poder imperial ecoam o realismo tucididiano acerca dos cidadãos de Melos³. O famoso *solitudinem faciunt pacem appellant* (“fazem um deserto e chamam-no paz”) não está muito distante do que o poder imperial de Atenas fazia as cidades gregas passarem: sob o Império, a paz assemelhava-se mais a um deserto.

AS APROPRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA GUERRA

A guerra do Peloponeso não deixou de ser, até os nossos dias, uma narrativa histórica maior. Pode parecer espantoso ver como recorrente um uso político contemporâneo de um conflito tão distante no tempo e concernente a uma realidade histórica tão específica quanto a das cidades gregas. Com efeito, os primeiros modernos a lerem, relerem e a se inspirarem em Tucídides foram as elites britânicas. Desde os primórdios da Inglaterra moderna, nascida dos conflitos com o continente, os ingleses abandonaram todas as pretensões de potência terrestre européia, em proveito da conquista dos mares. A unificação das ilhas britânicas, sob o espectro inglês, no início do século XVIII, marcou a identidade marítima e comercial desses homens, que se concebiam, antes de tudo, como habitantes de ilhas, navegantes, espíritos livres em busca de oportunidades de comércio. Tudo lhes parecia idêntico à Atenas do século V, inclusive o poder do povo (com a assembléia ou *ecclésia*), que, em Albion, se construiu com a *charta magna* e o Parlamento. A leitura de Tucídides e da história grega como um todo, até a derrota de Atenas, em 404 a.C., lembrava aos britânicos tanto os episódios gloriosos quanto as derrotas e as fraquezas dos antigos atenienses.

Os americanos foram, como se sabe, inspirados pelos latinos: República, Capitólio, Senado, Cincinnati são referências romanas. Contudo, eles não quiseram jamais se considerar como um império e, menos ainda, aceitar que seu modo de governo fosse comparado ao Império romano ou

³ **Melos:** cidade grega situada na ilha de mesmo nome, no arquipélago das Cíclades, e que fazia parte, a partir de 426 a.C., da liga de Delos (aliança militar que funcionava como o instrumento organizador de império de Atenas, a cidade hegemônica da liga). A cidade de Melos, não querendo obedecer a Atenas, foi tomada pelos atenienses e sofreu uma punição extrema, conforme a narrativa de Tucídides (V, 116): “*Estes [os atenienses] massacraram todos os homens com idade de servir que caíram em suas mãos. As mulheres e as crianças foram vendidas como escravos. Em seguida, quinhentos colonos de Atenas foram enviados a Melos e estabeleceram-se na ilha*”. Certamente, o ponto de comparação mais importante, e que suscitou grande número de análises contraditórias, é o debate entre os cidadãos de Melos e os atenienses (V, 91-93) antes do início das hostilidades.

Atenienses: “[...] *Mais perigosos são os povos assujeitados que se insurgiram contra seus senhores e os venceram. Mas, se nós estamos dispostos a correr esse risco, o problema é nosso. O que queremos que compreendais, é que viemos a Melos para o bem de nosso império e que aquilo que vamos dizer-vos agora, será inspirado pelo desejo de salvar a vossa cidade. Queremos, pois, estabelecer nossa dominação sobre vós sem precisar combater, e desejamos agraciá-los tanto no nosso como no vosso interesse.*”

Melianos: “*Mas, como poderíamos ter interesse em nos tornarmos vossos escravos assim como vós em vos tornardes nossos senhores?*”

Atenienses: “*Porque vós, em vos submetendo, evitais o pior; e porque nós, em vos agraciando, poderemos tirar proveito de vossa cidade*”.

às heranças do Império, notadamente o poder centralizado da Igreja católica e a figura dos papas. Atenas, por outro lado, era o exemplo a seguir, pois democrática e meritocrática (timocrática), ao mesmo tempo potência marítima e comercial. À diferença dos britânicos, os americanos pensavam Atenas como uma nação de imigração, um sinecismo absolutamente comparável à união das colônias americanas. Apesar de tudo, o modelo ateniense tinha seus limites; era necessário saber distanciar-se dele em alguns pontos: limitar a democracia, a dependência marítima e comercial, e recusar a imigração sem fim.

A INFLUÊNCIA DE TUCÍDIDES NO SÉCULO XX

No século XX, Tucídides e a guerra do Peloponeso foram sempre estudados com uma atenção absolutamente particular, e não só na universidade. Desde a Grande Guerra (1914-1918), uma série de políticos tanto quanto de militares liam as guerras na Europa como uma oposição entre, de um lado, as potências democráticas, marítimas e comerciais da *Entente cordiale* franco-britânica e seus aliados, e, do outro lado, as potências terrestres, imperiais e oligárquicas da Alemanha e da Áustria. Essa oposição era imaginária, mas dos dois lados fazia-se claramente alusão a uma luta entre Esparta contra Atenas. A vitória de Esparta confortava o estado prussiano, ao passo que preocupava os franco-britânicos e seus aliados, os Estados Unidos, que se comparavam à grande potência ateniense, democrática.

Pouco tempo depois, os mesmos raciocínios foram desenvolvidos pelos dois campos nos anos do entreguerras e durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O general de Gaulle conhecia bem a história dos grandes conflitos da Antigüidade e fazia o paralelo entre seu papel e o de Péricles, o salvador da pátria. Como Péricles, de Gaulle abandonou o território de seu país para deixá-lo ao inimigo, que, como Esparta, era uma potência terrestre, oligárquica e autoritária. E se Péricles, morto prematuramente, não pôde levar a cabo sua manobra, quanto a de Gaulle, ele pôde provar a pertinência dessa tática militar, utilizada por Péricles em seu tempo. Ela é sempre estudada e analisada nas academias militares do mundo inteiro como a mais controversa das táticas militares. Evidentemente, a decisão de deixar a França em direção a Londres em, 17 de julho de 1940, não foi, para de Gaulle, uma opção estratégica como foi a de Péricles. Ele disse, sem rodeios, o seguinte: “*A partida deu-se sem romantismo e sem dificuldade*”. Contudo, disse também: “*Durante toda minha vida, fiz-me certa idéia da França. O sentimento inspirou-me a isso tanto quanto a razão*” (Memórias de Guerra, O apelo

1940-1942, Paris, Plon, 1954, p. 67). Sem dúvida, entende ele por razão a lembrança das classes de estratégia, assim como a lembrança da figura de Péricles, que era sempre a referência em 1958, enquanto salvador da democracia.

Durante a Guerra Fria (1946-1989), viveu-se, talvez ainda mais que outrora, uma oposição entre dois mundos, à imagem da oposição entre Esparta e Atenas. O Ocidente democrático, capitalista, livre, inspirava-se em Atenas, berço dos pensadores, das artes e dos empreendedores, ao passo que a União Soviética e os Estados satélites eram percebidos como Esparta e seus aliados: fechados e militarizados. Uma outra oposição reforçava as comparações: de um lado, chefes de Estado bastante comunicativos e, do outro, os chefes do Kremlin, tidos por lacônicos. Nos Estados Unidos, desde o governo Truman (1945-1953), analistas como Robert Gilpin e Kenneth Waltz pensavam a polarização entre o Ocidente e a URSS nos termos dos conflitos entre Atenas e Esparta.

Em 1947, o secretário de Estado americano, George Marshall, chamava a atenção para a importância do paralelo com a guerra do Peloponeso: “Duvido que se possa pensar seriamente e com convicções profundas a respeito de certos problemas fundamentais aos quais fazemos frente neste momento, se, pelo menos, não se refletiu sobre a guerra do Peloponeso e acerca da queda de Atenas”. Marshall não era o único a falar diretamente da guerra do Peloponeso. O diretor de planejamento do departamento de Estado, Louis J. Halle, escrevia em 1952 que “a situação na qual se encontra nosso país no momento atual, como Atenas após a guerra do Peloponeso, levada a assumir a direção do mundo livre, aproxima-nos dele [Tucídides]... Parece-me que, depois da Segunda Guerra mundial, Tucídides tornou-se ainda mais próximo de nós e que fala a nós através das épocas”.

A leitura bipolar de Tucídides dominou a diplomacia americana durante os decênios da Guerra fria. A tese de doutorado de Henry Kissinger era explícita quanto a essa leitura. Enquanto secretário de Estado, H. Kissinger (1973-1977), com certeza, interpretou a narrativa de Tucídides para afirmar o respeito das leis nas questões interiores e para propor uma política ativa em nível internacional: os Estados Unidos eram comparados a Atenas e o Vietnã a Melos, cidade tomada pelos atenienses em 415 a.C. Em nossos dias, mais ainda que pelo passado, a guerra do Peloponeso desempenha um papel militar e político decisivo. Isso pode parecer paradoxal, pois o período da Guerra fria caracterizou-se pelo uso extensivo das interpretações bipolares de Tucídides. O fim do mundo dividido em duas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética, não impediu certos ciclos neoconservadores de continuar a utilizar politicamente a narrativa de Tucídides. Isso se deveu, em grande parte, ao

papel central que historiadores da Antigüidade clássica tiveram e têm sempre. Ainda uma vez, parece difícil compreender como os pesquisadores de história antiga conseguem exercer uma influência tão marcante em nossos dias. De fato, à diferença dos decênios passados, os estudos clássicos, as línguas grega e latina, são cada vez menos estudados pela população em geral, e tornam-se uma espécie de privilégio das elites. No momento em que H. Kissinger fazia seus estudos, a maioria dos estudantes tinham de conhecer as línguas clássicas e ler a literatura antiga. Compreende-se melhor, porque Tucídides era tão presente na época da Guerra fria.

Não obstante, o declínio dos estudos clássicos não afetou senão as massas populares; as elites intelectuais jamais abandonaram os estudos históricos da Antigüidade clássica. Quanto mais a ignorância das ciências humanas é geral, mais se tem a necessidade do desenvolvimento dos estudos universitários. Nos Estados Unidos, na Europa e alhures, desde o abandono dos temas clássicos nas escolas e nos liceus, aumentou-se exponencialmente a pesquisa científica e universitária em ciências humanas, em geral, e nos estudos clássicos, em particular. Se é verdade que a maioria dos políticos atuais não conhecessem os autores da Antigüidade greco-romana, à diferença de seus predecessores (como Churchill, de Gaulle, ou mesmo um militar como Eisenhower), os especialistas a quem eles recorrem, esses, sim, conhecessem aqueles. A responsabilidade dos historiadores da Antigüidade jamais foi tão grande.

TUCÍDIDES E OS NEOCONSERVADORES AMERICANOS

Vivemos, em nosso dias, num mundo saído das digressões dos neoconservadores americanos, e mesmo se não se está de acordo com seus ideais, deve-se reconhecer a utilização que eles fazem dos antigos gregos com fins ideológicos, em primeiro lugar de Tucídides e da guerra do Peloponeso. Não se sabe nada a respeito das leituras do presidente americano George W. Bush, mas parece pouco verossímil que Tucídides esteja entre elas. Por outro lado, toda a política externa americana de sua presidência e os planos estratégicos do Pentágono foram frutos dos ciclos neoconservadores muito bem informados sobre as problemáticas históricas da Antigüidade. Um papel particular foi desempenhado pelo grande classicista Victor Davis Hanson, hoje mais conhecido do grande público como um analista conservador, mas, em primeiro lugar, foi um grande especialista da história grega, e mais particularmente da guerra do Peloponeso. Desde seu primeiro livro, intitulado Guerra e agricultura na Grécia antiga (1983), V. D. Hanson estuda os conflitos, chamando a atenção para o dito

do autor grego Heráclito: πόλεμος πατήρ πάντων (πόλεμος πατήρ πάντων), “a Guerra é o pai de tudo”. Ele tentou estabelecer uma continuidade entre nós e a Antigüidade em sua obra O modo ocidental de lutar (The Western Way of War, 1989), publicado exatamente no momento da queda da União Soviética. Dez anos mais tarde, ele publicou um livro que tentar provar essa continuidade: As Guerras dos antigos gregos e a invenção da cultura militar ocidental (1999).

Depois de 11 de setembro de 2001, V. D. Hanson foi um dos principais conselheiros do secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld. As invasões do Afeganistão e, sobretudo, do Iraque, estão fundadas sobre raciocínios nascidos de uma certa leitura da guerra do Peloponeso. Se se podem considerar essas idéias simplistas, elas fizeram, a despeito de tudo, sentido para o presidente Bush e para a opinião pública. Ele tira dois ensinamentos da guerra de Atenas contra Esparta. Em primeiro lugar, os soldados, enquanto cidadãos livres, defendem a liberdade individual e coletiva, e são superiores aos soldados assujeitados dos regimes tirânicos. Essa idéia provém das fontes antigas, mas, na leitura neoconservadora, transforma-se numa regra geral, que seria válida durante toda a história do Ocidente. Os ideólogos preferem esquecer que o mister do historiador consiste em estudar as guerras em seu contexto histórico específico, e que tais generalizações não resistem à análise atenta dos acontecimentos. Os anglo-saxões bem o dizem: a prova do pudim é comê-lo (the proof of the pudding is in the eating). Não há pudim para os neoconversadores.

O segundo ensinamento que ele tira disso concerne às causas da derrota de Atenas, essa potência em busca de liberdade, como se poderia dizer igualmente a respeito dos americanos. Os atenienses teriam esquecido de exportar a democracia. Face aos exércitos das potências oligárquicas e contrárias à liberdade de comércio, Atenas não sustentou as democracias das outras cidades ou Estados, que poderiam, em se chegando ao poder, tornarem-se aliados importantes. Bastou somente adicionar os dois conceitos e concluir que os Estados Unidos deveriam lutar contra as tiranias orientais, como, outrora, os gregos lutaram contra os persas. A vitória dos guerreiros ocidentais era garantida de antemão. Mas era necessário fazer mais que isso e não reiterar o erro de Atenas, exportando a democracia. Como escreveu V. D. Hanson em seu livro Uma guerra como nenhuma outra, de 2005: “Nós, os americanos, como os atenienses, somos todo-poderosos, mas sem confiança, explicitamente pacifistas, mas sempre em luta, mais preocupados em sermos amados que respeitados, orgulhosos de nossas letras e artes, mesmo quando se é mestre das armas”. Um livro sobre a guerra do Peloponeso, mas que fala da guerra de nossos dias num mundo muito movimentado e onde as conseqüências dos

raciocínios dos especialistas em história antiga não devem ser negligenciados.

No fim da presidência Bush, a revista *The Economist* (29 de março de 2008) perguntava-se se essa doutrina Bush, fundada sobre a exportação da democracia por exércitos libertadores seria perene; a resposta era negativa. Deve-se perguntar, após as análises do Pentágono e do uso reacionário dos estudos clássicos, se a guerra do Peloponeso continuará a desempenhar um papel importante num futuro próximo. Não é tarefa dos historiadores falar do futuro, à diferença dos economistas, mesmo se esses últimos vêem com freqüência suas previsões tornadas falsas pelos fatos ulteriores. Por outro lado, está-se tentado a pensar que a guerra do Peloponeso continuará a desempenhar um papel importante, pelo menos no curto prazo, em reação aos pontos de vista dos neoconservadores. Difícil encontrar outra guerra tão presente em nossos espíritos mais de dois mil anos após seu fim.



OS POSITIVISTAS ORTODOXOS E A GUERRA DO PARAGUAI

Mário Maestri¹

“A guerra do Paraguai foi o maior dos erros do segundo Império”.

Raimundo Teixeira Mendes, 1906.

Afirma-se tradicionalmente que não houve no Brasil defecção ou oposição interna significativa à intervenção no Uruguai e à guerra contra o Paraguai [1864-70] entre as chamadas classes políticas e intelectuais do Império, ao igual do ocorrido nas demais repúblicas do Prata envolvidas naquele confronto – Argentina, Uruguai e Paraguai. Liberais e conservadores uniram-se no apoio à intervenção no Uruguai e simplesmente disputaram as glórias da guerra fratricida, revezando-se na sua direção.² A deposição do governo uruguaio *blanco* era reivindicação dos estancieiros escravistas do meridiano sulino com terras no norte do Uruguai, comumente ex-farroupilhas filiados ao partido Liberal, na chefia do governo quando da intervenção na Banda Oriental e durante o primeiro período do confronto.³

Apesar de fortes críticas à condução do conflito e algumas sugestões de paz, sobretudo após a enorme derrota na batalha de Curupayty, em 22 de setembro de 1866, a guerra prosseguiu sem uma verdadeira oposição interna, segundo a vontade imperial de dom Pedro e, a seguir, o comando do ministério conservador, exigido por Caxias, no comando supremo militar, desde outubro de 1866.

⁴ A guerra se concluiu com o fim da verdadeira caçada humana a Solano López, que constrangeu até mesmo aquele comandante máximo, o mais dedicado e capaz servidor militar da monarquia, levando-o a abandonar o frente de combate e a direção das tropas, sem autorização, em janeiro de 1869.

O consenso político liberal-conservador sobre a guerra contra o Paraguai expressava a forte coesão da ordem monárquico-escravista, sem uma verdadeira oposição política e social.⁵ Na

1 Mário José Maestri Filho possui graduação em Ciências Históricas - Université Catholique de Louvain (1977), mestrado em Ciências Históricas - UCL (1977) e doutorado em Ciências Históricas - UCL (1980). Atualmente é professor titular do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo. Realizou estágio de pós-doutoramento na Bélgica e semestre sabático em Portugal. Coordena a coleção Malungo, da UPF Editora, dedicada à publicação de trabalhos acadêmicos sobre a escravidão colonial.

2 Cf. NABUCO, Joaquim. Um estadista do Império: 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 1 vol. P. 494.

3 Cf. BARÁN, José Pedro. Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco. [1839-1875]. Montevideo: Banda Oriental, 2007; PALERMO, Eduardo Ramón Lopez. Tierra esclavizada: el norte uruguaio en la primera mitad del siglo 19. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008. [dissertação de mestrado].

4 Cf. ALENCAR, José de. Cartas a favor da escravidão. São Paulo: Hedra, 2008.

5 Cf. CONRAD, R. Os últimos anos da escravidão no Brasil. 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília,

segunda metade dos anos 1860, o movimento republicano era desprezível e jamais assumiria um cunho verdadeiramente plebeu e democrático. A única oposição efetiva seria a das classes subalternizadas, que comumente se escafederam, para não serem arroladas, ou desertaram, maciçamente, quando o foram, para não terminarem como bucha de canhão em briga que não sentiam como sua. Durante os anos do conflito, não raro os desertores superaram os mocambeiros nos quilombos das províncias mais envolvidas pelo esforço militar.⁶

Propõe-se igualmente que, silenciadas as armas, com a morte do presidente Francisco Solano López [1827-1870], em 1º de março de 1870, por décadas, na Monarquia e na República, manteria-se no Brasil um consenso *historiográfico* também quase total quanto às boas razões e às explicações apologéticas sobre a participação do Império na dolorosa hecatombe. Não teríamos conhecido uma importante produção historiográfica revisionista, ao igual sobretudo do ocorrido na Argentina e no Paraguai, mas também no Uruguai.⁷ Apenas em 1978, nos últimos anos do regime militar, o jornalista J. J. Chiavenato publicaria sua célebre – e a seguir fortemente impugnada – reportagem histórica *O genocídio americano: a guerra do Paraguai*.⁸

O POSITIVISMO COMTIANO NO BRASIL E A GUERRA DO PARAGUAI

Se não houve efetivamente oposição *política* de facções das classes dominantes ou livres durante a guerra, não procede a proposta de pleno consenso sobre ela após o conflito. O acordo monolítico sobre as boas razões do Império no ataque ao Uruguai e ao Paraguai constitui mito construído, inicialmente, através da deslegitimação e, a seguir, do literal *encobrimento* da crítica positivista comtiana sobre a responsabilidade do governo e das classes dominantes imperiais na guerra fratricida. Como assinalou, em 2000, Francisco Alambert, em “O Brasil no espelho do Paraguai” os “ideólogos positivistas ligados à Igreja Positivista do Rio de Janeiro foram os mais duros críticos do envolvimento do Brasil na guerra e suas conseqüências, travando verdadeiras batalhas pelos jornais para denunciar a incúria do Império, à qual opunham seu projeto republicano de inspiração comtiana.

INL, 1975.

6 Cf. MAESTRI, Mário. Quilombos no Rio Grande do Sul. MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior: trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2002. Pp. 31-84.

7 Cf. MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones, contextos – Anual del CEL, Buenos Aires, 3-5 de noviembre de 2008, Museo Histórico Nacional, Defensa 1600. Nuevo Mundo/Mundos Nuevos. <http://nuevomundo.revues.org/55579>.

8 Cf. CHIAVENATTO, Júlio José. Genocídio americano: a guerra do Paraguai. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987; QUEIROZ, Silvana de. Revisando a Revisão: Genocídio americano: a guerra do Paraguai de J.J. Chiavenato. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, 2010. [Dissertação de mestrado].

De fato, e a rigor, a luta contra a herança da Guerra do Paraguai iniciou-se com eles”.⁹ A posição comtiana foi sistematizada, em 1892, por Raimundo Teixeira Mendes, em *Benjamin Constant*: esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira. Ainda hoje, apesar de suas três edições e reimpressões, aquele trabalho é raramente referido nas bibliografias e, sobretudo, utilizado pelos trabalhos especializados.¹⁰

Mesmo sendo muito fortes as razões da oposição do comtismo à Guerra do Paraguai, elas se expressaram no Brasil apenas alguns anos após o fim do conflito, quando aquela corrente de pensamento organizou-se mais solidamente. Mesmo tardia, a denúncia positivista comtiana da violência praticada pelo Império contra o Paraguai teria uma longa vida, expressando-se ainda fortemente nos anos 1920-30, sobretudo sob a forma de mobilização pela devolução dos “troféus” e do perdão da “dívida de guerra” pela república brasileira, como o fizera o Uruguai precocemente, em 1885.¹¹ Entretanto, essa dimensão da propaganda comtista tem sido pouco discutida e analisada, ao contrário do ocorrido no que se refere à luta contra a vacinação obrigatória.¹²

É compreensível o caráter relativamente tardio da impugnação positivista comtiana à intervenção imperial na bacia do Prata, em 1864-1870. Apesar de ser conhecido no Brasil desde os anos 1840, o positivismo comtiano expressou-se inicialmente sobretudo nos meios matemáticos, como uma espécie “filosofia das ciências”. Apenas em 1874, ele teria começado a se organizar, para conhecer um forte impulso, a partir dos anos 1880, uma década após o fim da Guerra do Paraguai, sob a direção dos jovens positivistas ortodoxos Miguel Lemos [1854-1917] e Raimundo Teixeira Mendes [1855-1927], antes de entrar em inexorável declínio.¹³

Eram, efetivamente, muito fortes as razões do positivismo comtiano para se opor à intervenção imperial no Prata, contra Uruguai, primeiro, em 1864, e a seguir, contra o Paraguai,

9 Cf. ALAMBERT, Francisco. “O Brasil no espelho do Paraguai”. MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira. (1500-2000)*. São Paulo: SENAC Ed., 2000. Pp. 314.

10 Cf. MENDES, R. Teixeira. *Benjamin Constant*: esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira. 1º vol. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1892; MENDES, R. Teixeira. *Benjamin Constant*: esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira. 2 ed. Do 1º vol. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1913; MENDES, Raimundo Teixeira. *Benjamin Constant*: esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira. Edição comemorativa do Primeiro Centenário do seu nascimento, 18 de outubro de 1936. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1936.

11 Cf., entre outros: [Apostolado Positivista do Brasil]. “A realização de um voto de Benjamin Constant”. snt.; LEMOS, Miguel. *A nossa irman: a Republica do Paraguai*. Apostolado Positivista do Brasil, nº 148, Rio de Janeiro, Capela da Humanidade, 1894, 6 pp.; LEMOS, Miguel. *Pela fraternidade sul-americana e especialmente no que concerne às relações do Brasil e da Argentina com o Uruguai e, sobretudo, o Paraguai*. Igreja e Apostolado Positivista do Brasil. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1910.

12 Cf. MENDES, R. T. “Contra a vacinação obrigatória. A propósito do projeto do Governo.” Apostolado Positivista do Brasil, nº 224, Rio de Janeiro Templo da Humanidade, novembro de 1904. 56 pp.

13 TORRES, João Camillo de Oliveira. *O positivismo no Brasil*. 2 ed. Revista e aumentada. Rio de Janeiro: Vozes, 1957. P. 30 et seq.; LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. Pp. 413 et seq.

em 1865. Na sua visão da evolução histórica, a monarquia era momento metafísico, em direção à república, expressão política da sociedade científico-industrial definitiva. O Brasil era uma monarquia e o Paraguai fora governado por três *ditadores republicanos*. O doutor José Gaspar de Francia [1776-1840], fundador do Paraguai moderno, em 1813-1840, era citado exemplarmente no Calendário Positivista, no 27º dia do 12º mês (Frederico), entre Bolívar e Cromwell, como paradigma de ditador republicano.

ESCRavidÃO ANTIGA E MODERNA

Na interpretação comtista do devir da humanidade, houvera razão histórica na escravidão antiga, que garantira o progresso da humanidade. Nada desculpava, porém, a escravidão moderna, da qual o Império tornara-se, com o fim da guerra da Secessão, em 1865, a última nação independente a praticar a instituição tida como “aberração moral” e “monstruosidade colonial”.¹⁴ Como veremos, a visão comtista de mundo previa a inevitável divisão das grandes nações em pequenos estados, historicamente mais progressivos, vendo portanto com maus olhos a agregação provincial autoritária em torno do trono bragantino e seu ataque à pequena república paraguaia. Augusto Comte propusera igualmente a “secreta incompatibilidade entre o espírito científico e o espírito militar”, em um anti-militarismo que caracterizaria até mesmo muitos oficiais positivistas brasileiro. O comtismo pregava o pacifismo e o advento da fraternidade universal, consubstanciados na “Pátria Universal”, apoiada na organização científica da sociedade positiva e industrial e nas tendências altruístas do homem. Ele propunha que “acima do sentimento da Pátria” estava “o sentimento da Humanidade”.¹⁵ Como também veremos, exigia a solução das contradições entre as nações pela arbitragem internacional. Não via saúde nas guerras e glórias militares, a não ser nos embates dos tempos há muito passados, que haviam garantido o avanço da Humanidade.¹⁶

Não houve crítica positivista durante os anos de guerra. O próprio Benjamin Constant [1836-1891], já com leituras e simpatias explícitas por Auguste Comte desde 1857, criticara entre seus próximos a condução da guerra no Paraguai, mas jamais as razões do Império em participar dela.

14 SANTOS, Joaquim da Silveira. “A Igreja Católica e a escravidão”. Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, nº 342. Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, 1913. pp. 6, 8.

15 COSTA, Cruz. *O positivismo na República*: notas sobre a história do positivismo no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. P. 83.

16 Cf. MENDES, R. Teixeira. *Benjamin Constant*. 2 ed. Do 1º vol. Ob.cit. p. 107 *et passim*.; TORRES, João Camillo de Oliveira. *O positivismo no Brasil*. Ob.cit. p. 29; MENDES, R.T. “A República e o Militarismo. A propósito do projeto de mais um monumento comemorativo da Batalha do Riachuelo”. Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, nº 241, Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, dezembro de 1906. 8. Pp.; MENDES, R.T. “O Militarismo ante a Política Moderna”. Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, nº 246, Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, dezembro de 1906. 15 pp.

Ao contrário, o futuro *fundador* da República exigira mais decisão nas operações bélicas, nas quais participou, e jamais sua interrupção. Durante a viagem pra o *front* e no campo de batalha, em cartas aos familiares, divergiu da orientação do Estado Maior, sem jamais levantar reais objeções ou realizar grandes reflexões sobre as razões e sentidos da guerra.¹⁷ Nessa correspondência pessoal, retoma, aqui e ali, a retórica imperial de campanha como operação organizada para vingar a “afrenta” à nação, devido à “invasão” paraguaia.¹⁸ Em 25 de setembro de 1866, em arroubo patriótico, congratulava-se com a negativa do Imperador em discutir o fim do confronto, pois, não haveria “paz possível com semelhante monstro” [López], à exceção daquela assentada sobre a “justa vingança”.¹⁹ No encontro, Francisco Solano López propusera a paz e oferecera concessões aos opositores.

Em uma outra oportunidade, Benjamin Constant reafirmou o proposto caráter despótico do regime lopista, ao realizar quase comovido elogio ao patriotismo dos soldados paraguaios: “No combate os Paraguaios mostraram que são valentes e dedicados a López, [morrem] mas não se rendem. Num pequeno [encontro] que houve no dia seguinte vi quanto [são bravos] e fanáticos pelo – El Supremo [Gobierno] – estas desgraçadas vítimas do [despotismo de López].”²⁰ Entretanto, nas suas cartas aos familiares são raras as tradicionais diatribes patrióticas contra o presidente paraguaio.

É lúcido supor que Benjamin Constant não aferrava, naquele momento, o significado histórico do confronto, preocupado apenas em distinguir-se individualmente nos serviços à pátria, como meio de progressão profissional e social, imprescindível para o sustento de sua família e familiares. Em 1892, ao publicar a primeira biografia de Benjamin Constant, morto em 22 de janeiro do ano anterior, Raimundo Teixeira Mendes ressaltou que, naquela época, o “fundador da República” não se teria “emancipado dos preconceitos correntes acerca da justiça que assistia ao Brasil na luta em que o governo imperial precipitara quatro nações americanas”. Para o vice-presidente da Igreja Positivista do Brasil, isso se devia a não possuir ainda “cabal conhecimento do Positivismo”.²¹

O APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL

Tradicionalmente, a pregação de Auguste Comte [1798-1857] é dividida em dois grandes

17 Cf. MENDES, R. Teixeira. *Benjamin Constant*. 2 ed. Ob.cit. P. 159; LEMOS, Renato. (Org.) *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: IPHAN; Museu Casa de Benjamin Constant, 1999.

18 LEMOS, Renato. (Org.) *Cartas da Guerra*. Ob.cit. p. 175.

19 Id.ib. p. 36.

20 Id.ib. p. 192.

21 MENDES, R. Teixeira. *Benjamin Constant*. 2 ed. P. 144.

momentos, referentes ao positivismo “filosófico” e, a seguir, ao positivismo “religioso”. Segundo Raimundo Teixeira Mendes, na primeira fase, Auguste Comte procurara “descobrir e sistematizar” as “leis positivas que regem a Humanidade e o homem” e, no segundo, organizar a “coordenação” dos “afetos” dos homens em “torno dos pendores altruísta, princípios únicos de toda a vida social e material.”²² Com a morte de Auguste Comte, em 5 de setembro de 1857, consolidou-se a divisão entre positivistas “dissidentes” e “ortodoxos”. Os primeiros renegavam, não raro duramente, o estágio final *religioso* da pregação do mestre, visto como, no melhor dos casos, um desvio místico e, no pior, como produto de recrudescência da *insanidade* que o atingira quando jovem, exigindo sua internação por longos meses. Ao contrário, os positivistas ortodoxos reivindicavam a fundação do Apostolado Positivista e da Igreja da Humanidade como o momento mais elevado da produção e pregação comtiana.

Na França, após o desaparecimento do criador, a corrente comtista organizou-se sobretudo em torno de dois grandes representantes. O acadêmico e filólogo Emile Littré [1801-1881], divulgador da obra de Auguste Comte e principal chefe do positivismo dissidente, renegava o período religioso. Ao contrário, Pierre Laffitte [1823-1903], presidente do conselho dos treze testamentários designados por Auguste Comte, prosseguiu, com o título de “diretor geral do positivismo”, a pregação apostólica na última residência do mestre, no número 10 da rua Monseigneur-le-Prince, em Paris.²³

O positivismo comtiano começara a ser conhecido no Brasil nos anos 1840, sobretudo entre matemáticos e engenheiros, em geral formados nas escolas militares e politécnica, destino dos jovens de família das classes médias sem recursos para financiar os caros e prestigiados estudos de Direito e, secundariamente, de Medicina. Tratou-se movimento científico-cultural próprio sobretudo aos frágeis segmentos das classes livres médias não endinheiradas, sem maiores decorrências políticas, que não colocava contradições maiores com a ordem monárquica e a escravidão. O próprio comtismo proibia a militância política até o advento do estado industrial e positivo, propondo-se a conquistar as mentes pelo exemplo e pela crítica contida. Em 1865, na França, Francisco Antônio Brandão publicou ensaio sobre a escravidão, no qual, apesar de referir-se aos princípios positivistas, reafirmava os direitos dos escravistas, que deveriam porém pagar salário aos cativos – *A escravidão no Brasil*.²⁴ Em 1874, o dr.

22 Id.ib. p. 188.

23 BAUMANN, Antoine. “Positivisme et laffittisme; Le positivisme au Brésil. Extraits d’un article publié dans *La Quinzaine* du 1^{er} mai 1902. Suivi de notes par Miguel Lemos ». Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, nº 211, Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, agosto de 1902. P. 3 *et seq.*

24 BRANDÃO Jr., Francisco Antônio. *A escravidão no Brasil*: precedido d’um artigo sobre a agricultura e a colonização no Maranhão. Bruxellas: Thery-Van Buggenhoudt, 1865.

Luís Pereira Barreto editara “o primeiro volume de seu livro *As três filosofias*”. Pereira Barreto e Joaquim Ribeiro de Mendonça haviam estabelecido contato com o positivismo na Bélgica, nos anos 1860, quando ali estudavam. Benjamin Constant, professor da Escola Militar, era referência na propaganda individual do comtismo, sobretudo como filosofia da ciência, sem maior desdobramento político-social.

Em 1º de abril de 1876, por iniciativa de Antonio Carlos de Oliveira Guimarães, professor de matemáticas no Colégio Pedro II, um pequeno grupo de positivistas ortodoxos e dissidentes fundou sociedade positivista, com o objetivo precípua de formar uma “biblioteca composta das obras aconselhadas por Augusto Comte”. Os sócios fundadores foram Oliveira Guimarães, Joaquim Ribeiro de Mendonça, Oscar de Araújo, Benjamin Constant, Álvaro de Oliveira, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes. Nesses anos, os jovens Miguel Lemos, fluminense, e Raimundo Teixeira Mendes, maranhense, positivistas dissidentes, dedicados a um ativo proselitismo, através de folhetos, jornais, revistas, etc., sobre a visão história e filosófica do positivismo, tiveram a matrícula suspensa na Escola Politécnica, em novembro de 1876, por dois anos, devido à manifesto irado contra o seu diretor, o visconde de Rio Branco. Em 1877, eles viajam para a França, Meca do comtismo, custeados por companheiros mais endinheirados, retornando Teixeira Mendes ao Brasil, enquanto Miguel Lemos demorou-se em Paris, até 1881.²⁵

A IGREJA DA HUMANIDADE

No Brasil, o pequeno grupo positivista, no geral de orientação ortodoxa, com novos membros, sob a direção de Joaquim Alberto Ribeiro de Mendonça, desenvolveu em algo seu proselitismo, assumindo o nome de “Sociedade Positivista do Rio de Janeiro”, em 5 de setembro de 1878, sob a autoridade moral de Pierre Laffitte. Na França, Miguel Lemos afastara-se de Emile Littré ao conhecer Pierre Laffitte, convertendo-se ao apostolado religioso positivista, que abraçou com o zelo de neófito, que praticamente não mais abandonaria. Na França, conheceu Jorge Lagarrigue, positivista chileno, que também se *convertera* à ortodoxia. A seguir, foi enviado de volta ao Brasil, com o prestigioso título de aspirante a “apóstolo” da Religião da Humanidade, recebido em 25 de novembro de 1880, em Paris, das mãos de Laffitte. No Rio de Janeiro, desde 1º de fevereiro de 1881, Miguel Lemos recebeu, em 11 de maio de 1881, a direção da pequena Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, entregue por

²⁵ TORRES. *O positivismo no Brasil*. Ob.cit. pp. 30, 37, 114; LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. Ob.cit. P. 48.

Ribeiro Mendonça, e o título de “diretor do positivismo no Brasil”, conferido por Laffitte. Devido ao “caráter sacerdotal das funções” de Miguel Lemos, a Sociedade Positivista passou a designar-se Igreja ou Apostolado Positivista no Brasil.

O início promissor do Apostolado no Brasil seria muito logo abalado quando, poucos meses mais tarde, em janeiro de 1882, a proposta da concessão de um subsídio econômico para a profissionalização de Miguel Lemos, como propusera o mestre já falecido e apoiada por Laffitte, ensejou importante dissidência no pequeno grupo, da qual participou Benjamin Constant, desgostoso, entre outros pontos, com o viés militante da pregação comandada por Miguel Lemos, através de “protestos cheios de indignação e de censuras”, e com a proibição sectária de todos os membros do grupo positivista ortodoxo, e não apenas os diretores do Apostolado, de participarem da política e de ocuparem cátedras superiores em escolas públicas.²⁶

A essa primeira dissidência, seguiria-se uma outra, de maior influência, agora promovida pelos dois jovens comtianos brasileiros. Em 1883, o pequeno núcleo de positivistas ortodoxos do Brasil, sob a chefia de Miguel Lemos, rompeu com Pierre Laffitte, por questões doutrinárias de não pouca importância. Em 1882, o rico fazendeiro Joaquim Ribeiro Mendonça teve sua pretensão de concorrer à câmara de deputados impugnada por Miguel Lemos, devido à interdição de Auguste Comte dos positivistas ocuparem cargos públicos antes do advento do estágio industrial e positivo da sociedade que, diga-se de passagem, reduziria as funções do parlamento ao voto e aprovação do orçamento. Em fins de 1882, Miguel Lemos consultou Laffitte sobre a candidatura e apresentou-lhe projeto proibindo aos positivistas a posse de trabalhadores escravizados e o exercício da política, recebendo como resposta um frio apoio às teses e o conselho de maior flexibilidade. Ribeiro Mendonça terminou desligando-se da associação quando Miguel Lemos o repreendeu publicamente por publicar em jornal do Rio de Janeiro anúncio sobre negro fujão de sua propriedade – os positivistas ortodoxos eram radicalmente contra a escravidão –! Ao ser consultado novamente, Laffitte recomendou, em 4 de julho de 1883, outra vez, sumariamente, que não confundisse os princípios básicos do credo com as recomendações conjunturais de Auguste Comte, ensejando a renúncia de Miguel Lemos ao apostolado.

Na França, Pierre Laffitte acomodara-se ao parlamentarismo, assumira uma cátedra pública,

26 MENDES, R. Teixeira. *Benjamin Constant*. 2 ed. P. 241; BAUMANN, Antoine. “Positivisme et laffittisme; Le positivisme au Brésil. Extraits d’un article publié dans *La Quinzaine* du 1^{er} mai 1902. Por Miguel Lemos ». n° 211, Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, agosto de 1902. P. 11.

aprovara as conquistas coloniais de Jules Ferry, apesar do comtismo rejeitar a exploração dos “povos mais fracos”, em atraso evolutivo, pelas nações adiantadas. O que motivara diversas defecções, mesmo entre os treze testamenteiros. Em 1883, Jorge Lagarrigue [1854-1894] passou pelo Rio de Janeiro, chegado de Paris, de retorno ao Chile, onde tentaria divulgar sem grande sucesso a Religião da Humanidade. Na ocasião, o positivista ortodoxo chileno acusou a Pierre Laffitte de, entre outros pecados mortais, disputar na Justiça herança que deveria rejeitar, segundo o rígido credo comtista. O que determinou a ruptura pública de Miguel Lemos e do Apostolado brasileiro com o diretor francês, em 15 de novembro de 1883, em disputa que assumiu dimensão internacional. Então, sob a direção de Miguel Lemos, secundado por Raimundo Teixeira Mendes, que substituiu o amigo doente na direção do Apostolado, em 11 de maio de 1903, formou-se no Rio de Janeiro um núcleo pequeno e duro de positivistas ortodoxos intransigentes que, antes e sobretudo imediatamente após a República, influenciaria, direta ou indiretamente, uma escola de intelectuais, políticos, militares, cientistas sociais, etc. republicanos. Não raro eles não eram ligados – e algumas vezes opunham-se – à Igreja da Humanidade –, em boa parte devido às suas posições sociais e políticas intransigente e dogmáticas.²⁷ No Rio Grande do Sul, a constituição castilhistas, de explícita inspiração positivista comtiana, organizaria a vida política e social institucional do estado de 1891-1930.²⁸ O Apostolado teve sua influência acrescida, quando e imediatamente após a República, para decrescer fortemente nos anos 1930. O primeiro Templo da Humanidade, no Rio de Janeiro, foi fundado em 1897.

AUGUSTE COMTE NO PAÍS DOS ESCRAVOS

O positivismo comtiano era ciência social pró-burguesa e anti-operária, nascida sob a influência da Revolução Francesa e do hegelianismo, quando a grande burguesia assumira já caráter conservador, após revolucionar a ordem feudal. Conservadorismo que se expressaria no abandono pela burguesia da direção da revolução democrática de 1848 e, em forma mais enfática, na repressão selvagem da Comuna de Paris, em 1871, o primeiro Estado operário da história. Auguste Comte reconhecia o proletariado como componente social fundamental, defendendo sua incorporação à sociedade moderna, através da sua submissão voluntária e consciente às lideranças das classes dominantes industriais, que governariam através de ditador republicano esclarecido – afirmava –

²⁷ Cf. BAUMANN, Antoine. “Positivisme et laffittisme; Le positivisme au Brésil. Extraits d’un article publié dans *La Quinzaine* du 1^{er} mai 1902. Por Miguel Lemos ». ob.cit.

²⁸ MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: UPF Editora, 2010. Pp. 223 et seq.

em prol de toda a sociedade, orientados e inspirados, este e aquelas, pelos apóstolos positivistas, representantes do novo clero da fé demonstrável.²⁹

Em inícios dos anos 1880, ao organizar-se no Brasil, sob a direção de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, o comtismo era visão de mundo anacrônica e plenamente superada na Europa, onde o proletariado propunha-se já objetiva e subjetivamente como vanguarda social, em antagonismo essencial com a grande burguesia industrial e, portanto, com as suas expressões subjetivas, mesmo esclarecidas, como o positivismo comtiano. No Brasil monárquico, clerical e escravista, o evolucionismo positivista, apesar de seu mecanicismo, idealismo e conservadorismo, era uma antecipação ainda que distorcida e tardia de uma sociedade industrial que sequer raiava no horizonte histórico no país de escravos. O que lhe permitiu apontar para “uma outra visão do ideal civilizacional, pautado em seus princípios universalizantes”, que invertia o papel positivo visto – no passado, como, não raro, ainda hoje – “da guerra [do Paraguai] na constituição da nacionalidade brasileira”, na fina percepção de Francisco Alambert, no trabalho citado.³⁰

Ainda na República Velha [1889-1930], apesar das enormes limitações, já claramente explícitas, a aplicação da filosofia da história comtiana à realidade brasileira contribuiu à superação de aparências fenomênicas e compreensão mais objetiva de questões fulcrais do passado e do presente daquela sociedade. Dentre as principais contribuições da leitura positivista comtiana do passado brasileiro, destaca-se certamente a sensível definição da escravidão colonial e da guerra contra o Paraguai como os pecados fulcrais de dom Pedro, do Estado imperial e das classes dominantes na segunda metade do século 19. Culpas que exigiam não apenas reconhecimento, como também superação, através da “reparação dos erros cruéis dos nossos antepassados”.³¹

Nos primeiros dias da República, sob a sugestão de “um de seus discípulos”, o capitão e futuro marechal José Bevilacqua, positivista ortodoxo, o ministro da Guerra Benjamin Constant defendeu inutilmente a restituição ao Paraguai dos “troféus conquistados na guerra”. Uma idéia que, segundo parece, foi cogitada seriamente pelo Governo Provisório, sob a reverberação inicial do republicanismo apenas instaurado. Inclusive Quintino Bocaiúva, – republicano de primeira hora e oposto desde sempre à guerra do Paraguai – teria sido encarregado, como ministro das relações

29 LAGARRIGUE, Jorge. *A ditadura republicana: segundo Auguste Comte*. Trad. J.Mariano de Oliveira. Porto Alegre: s.ed., 1957.

30 ALAMBERT. “O Brasil no espelho do Paraguai”. Ob.cit. Pp. 315.

31 Cf. “Paraguay-Brazil. Ainda pela fraternidade universal e especialmente ibero-americana”. Igreja e Apostolado Pozitivista do Brasil, n. 20, Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, 1916, 10 pp.

exteriores, em 1889-91, de realizar iniciativas em tal sentido, quando partiu para Montevidéu-Buenos Aires, a fim de tratar questões atinentes às fronteiras. O fato é que a iniciativa não prosperou, consolidando-se às forças contra tal iniciativa.³²

Em 6 de janeiro de 1899, reuniu-se, segundo parece pela primeira vez após a guerra, membros de destaque da colônia paraguaia no Rio de Janeiro, para preparar a recepção ao ministro plenipotenciário do Paraguai, que chegaria ao Brasil, em missão diplomática que, especulava-se, abordaria a questão da dívida e dos troféus de guerra. Em 29 de janeiro, em assembléia geral, fundou-se o Centro Paraguaio, sob a presidência de Leonardo S. Torrents, voltado para a propaganda daquelas iniciativas, sempre entretanto com o cuidado de ficarem os “paraguaios, em plano inferior para não ser o fato explorado por uma parte dos poucos monarquistas que” restariam “do 15 de Novembro, os únicos talvez que ainda” guardassem, acreditavam, “sem razão de ser, algum ressentimento contra o Paraguai”. Ainda em 1899, o Centro Paraguaio publicou Dívidas e trophéos paraguaios: e a propaganda no Brasil, assinado e organizado pelo presidente daquela organização. O alentado volume trazia farta documentação sobre o conflito, a dívida, os troféus e registrava a enorme influência do Apostolado Positivista sobre a ação propagandista dos paraguaios no Rio de Janeiro. Além de outros documentos positivistas ortodoxos, reproduziu-se, nas páginas 13-34, o que Raimundo Teixeira Mendes escrevera, em sua biografia de Benjamin Constant, sobre a responsabilidade do Império na Guerra do Paraguai.³³

Em 16 de fevereiro de 1899, foi fundada, também no Rio de Janeiro, por republicanos positivistas, sob a presidência de Raul do Nascimento Guedes, uma Comissão Benjamin Constant, com o objetivo de propagandear a devolução dos troféus e a anulação da dívida de guerra paraguaia, para “reparar, tanto quanto possível, os crimes de seu fúnebre passado imperialista”.³⁴ Representantes da Comissão Benjamin Constant, do Apostolado Positivista, do Clube Republicano Benjamin Constant, do Centro Paraguaio receberam em 3 de maio, o ministro plenipotenciário paraguaio, Fernando Iturbúru, festiva e cerimoniosamente.³⁵ Em sentido contrário, por iniciativa do almirante Arthur Silveira da Motta, ex-barão de Jaceguay, fundou-se, também em 1899, igualmente no Rio de Janeiro, uma “Associação dos Veteranos da Guerra do Paraguai”, precisamente para opor-se

32 TORRENS, Leonardo G. *Dívida e trophéos paraguayos: e a propaganda no Brazil*. Contendo alguns documentos e factos pouco conhecidos no Brasil. Rio de Janeiro: Montenegro, 1899. P. VIII.

33 Id.ib. 240 pp.

34 Id.ib. P. 114.

35 Id.ib. pp. 168 *et seq.* Ver, também : BRUGADA, Ricardo. *Brasil-Paraguay*. Rio de Janeiro, 1903. http://www.archive.org/stream/brasilparaguay00brugado/brasilparaguay00brugado_djvu.txt

às iniciativas positivistas ortodoxas. Na resposta ao discurso do ex-barão, quando da fundação da Associação, desancando os positivistas ortodoxos, acusados de anti-patrióticos, publicado no Jornal do Comércio, de 20 de abril, Teixeira Mendes precisou a distinção entre a responsabilidade pela guerra do governo imperial e de suas classes dominantes e o país, no contexto da visão internacionalista do positivismo. “Afirmar que a guerra do Paraguai foi um crime não é afirmar que a Pátria é criminosa. Porque a responsabilidade da guerra não cabe à Pátria, e sim aos directores da Pátria naquela época. A Pátria é o conjunto das gerações passadas, futuras e presentes, que concorrem, em cada região da terra, para a existência da Humanidade.”³⁶

ACRÍTICA DE TEIXEIRA MENDES AO INTERVENCIONISMO IMPERIAL NO PRATA

Como proposto, em julho de 1890, no Rio de Janeiro, Raimundo Teixeira Mendes concluía seu Benjamin Constant: Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira, publicado dois anos mais tarde. Logo, ao primeiro volume, agregaria-se um segundo, com as “peças justificativas”, ou seja, com parte da documentação utilizada no estudo biográfico. Em 1913, o livro conheceu uma segunda edição e, em 1936. Os textos das duas primeiras edições foram grafados, em forma atenuada, obedecendo a proposta de ortografia positivista de Miguel Lemos [1854-1917], fundador do Apostolado Positivista no Brasil.³⁷ Nas páginas 93 a 138, da primeira edição da biografia, antes de abordar a participação de Benjamin Constant na guerra contra o Paraguai, em setembro de 1866 a agosto de 1867, o autor criticou sistematicamente o intervencionismo imperial no Uruguai e Paraguai, em leitura de importante repercussão.³⁸

Fixando-se nas origens distantes e próximas do conflito, invertia a *démarche* historiográfica tradicional, que reafirmava breve e acriticamente as justificativas imperiais sobre a participação na guerra e centrava-se obsessivamente nos combates. A interpretação constituía a primeira revisão sistemática das causas da guerra. Ela superaria substancialmente as apologias da historiografia nacional-patriótica brasileira, retomadas e refinadas amplamente pela historiografia restauracionista atual.³⁹ A partir dos princípios epistemológicos e sócio-éticos comtianos ortodoxos,

36 Id. ib. p. 145 *et seq.* 150-1.

37 Cf. LEMOS, Miguel. *Nórmãs ortográficas*: tendentes a simplificar e ordenar a ortografia de nossa língua. Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, ° 203. Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, 1901. 72 pp.

38 Cf. LEMOS, Renato. (Org.) *Cartas da Guerra*: Benjamin Constant na campanha do Paraguai. Ob. cit.

39 Cf. MAESTRI, Mário. *A Guerra contra o Paraguai História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]*. Ob. cit.

o vice-presidente da Igreja Positivista defendia a necessária da substituição do direito da força, exercido pelas grandes nações, pelo direito das nações mais frágeis de não sofrerem intervenção exteriores. Exigia a resolução de eventuais contradições por arbitragem, em exercício dos princípios altruístas e rejeição dos egoístas, no relacionamento internacional. Para o evolucionismo positivista, impunha-se a divisão dos grandes estados em “pequenas nações”, como assinalado.

Como Teixeira Mendes lembraria três décadas mais tarde, ele apoiou-se na sua crítica essencialmente em “documentos oficiais”, parte dos “relatórios do Ministério de Estrangeiros, do Brasil; na correspondia diplomática publicada pelo Conselheiro Saraiva, nas afirmações do Senador Paranhos [...]; do Barão do Rio Branco; e de Christiano Ottoni.”⁴⁰ Com a documentação oficial e procurando superar os prejuízos nacional-patrióticos, como determinava a ciência social positiva, em *démarche* historiográfica singularmente avançada para a época e o país, propunha que apenas então se processava, para ele sob a inspiração consciente ou não da ciência positiva, o desvelamento dos “recessos escuros da história nacional de cada povo”, permitindo que um “novo espírito” presidisse o “exame de certas épocas e de certas personalidades contra as quais o partido vencedor” tornara “unânime sua implacável e cega execração”. Entre esses temas destacava-se a história do Prata, dominada pelos “unitários” argentinos – e, certamente, ajuntamos, pelo Império. Nesse processo, Teixeira Mendes apontava dom Pedro, o Estado e as classes dominantes do Império como grandes responsáveis pelo conflito, verdadeira operação criminosa, ensejada por interesses egoístas que exigiam expiação e reparação. Uma crítica que, apesar de seus limites epistemológicos, devido à sua coesão interna e externa, por longas décadas e, em ainda hoje, em boa parte, teria como única refutação o seu desconhecimento.

Na análise das razões da guerra contra o Paraguai, Teixeira Mendes debruça-se sobre a “política internacional do segundo reinado”, a fim de desvelar os antecedentes históricos das “causas reais das lutas em que o governo do último monarca concorreu para empenhar as Pátrias americanas”.

⁴¹ Lembra que, após a independência do Uruguai, em 1928, o governo imperial fora impedido de participar de “aventuras externas”, até 1850, devido às “comoções intestinas que só tiveram fim” em 1848. Assinala que, em meados do século 19, o Império tinha problemas de limites com praticamente todos os povos americanos com os quais fazia fronteira. Uma situação que julgava muito grave devido

40 MENDES, R.T. “Paraguay-Brasil”. Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, Publicação n° 3, Rio de Janeiro, Templo da Humanidade, 1926. P.13.[24 pp.]

41 MENDES, R.T. *Esboço [...]*. ob.cit. p. 96

ao “amor próprio nacional” e à “ausência do poder espiritual” – positivista – sob o qual o Império jazia.

LIMITES E NAVEGAÇÃO

Teixeira Mendes lembra que, na bacia do Prata, eram candentes as questões referentes aos limites e à navegação do rio da Prata e de seus tributários.⁴² Assinala que sobretudo a Argentina controlava a “via de comunicação natural entre o oriente e o ocidente” do Império, necessária ao governo imperial “para proteger a integridade política da nação” contra forças dissolutivas “internas” e “ataques externos”, assim como para “promover o desenvolvimento industrial daquelas regiões”.⁴³ Por sua vez, também por razões patrióticas, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai opunham-se à livre navegação, pois perderiam vantagens comerciais e as possibilidades de uma melhor defesa contra as “tendências invasoras que temiam da parte do Brasil”. Contribuiriam a esses antagonismos as velhas rivalidades entre portugueses e espanhóis e a desconfiança e oposições entre as formas monárquicas e republicanas de governo.

Teixeira Mendes propunha que, mesmo no contexto dessas contradições, as guerras da bacia do Prata poderiam ter sido evitadas, se dom Pedro tivesse o espírito culto e o coração generoso proposto por seus apologistas. Também contribuiria à paz a compreensão de que as “nações americanas” eram o “resultado de uma monstruosa espoliação” do “aborígene”, atentado que demonstrava a “força do Ocidente”, mas que revoltava a “razão” e o “sentimento.”⁴⁴ No frígir dos ovos, luso-brasileiros e hispano-americanos apresentavam o “espetáculo de bandidos” a disputarem os “despojos de uma vítima comum”.⁴⁵ A reivindicação dos povos americanos feridos em sua evolução espontânea pela colonização era visão historiográfica avançada para a época e inspiraria o protecionismo dessas nações, pela demarcação de reservas, no Rio Grande do Sul e no Brasil. Nas “Bases para uma Constituição Ditatorial para a República Brasileira”, redigida em 1890, por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, defendia-se “a proteção do governo federal” aos povos nativos, “contra qualquer violência, quer em suas pessoas, quer em seus territórios”.⁴⁶

O positivista ortodoxo propunha que as disputas entre as nações podiam e deviam ser resolvidas através do recurso a “juiz imparcial” e ao “arbitro especial”, assegurando o “desenvolvimento

42 Cf. BANDEIRA, L. A. Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Plata: Argentina, Uruguai e Paraguai. Da colonização à guerra da Tríplice Aliança*. 2 ed. Brasília: EdUnB, 1995.

43 MENDES, R.T. *Esboço [...]*. ob.cit. p. 97

44 Id.ib. p. 99

45 Id.ib. p. 100

46 COSTA, Cruz. *O positivismo na República*. Ob.cit. p. 123

dos instintos altruístas” e a “gradual atrofia dos pendores egoístas”. A “recusa” do “arbitramento nas questões internacionais, salvo o caso de uma agressão material imediata”, constituiria “crime incompatível com toda verdadeira elevação filosófica e humana.”⁴⁷ Se o Imperador estivesse à altura de sua posição, teria “desde logo concebido o arbitramento como o substitutivo da guerra na sua política internacional”. E, para “diminuir os motivos de rivalidade inerente à navegação do Paraná”, teria promovido a “construção de vias de comunicação interior, ligando ao Atlântico as províncias ocidentais.” A ferrovia proposta era obra portentosa, mas menos custoso em homens e recursos do que a guerra contra o Paraguai e, certamente, de determinantes conseqüências econômicas e sociais!⁴⁸

Teixeira Mendes lembra que a primeira empresa militar imperial fora contra Juan Manuel de Rosas (1793-1877), em 1851. Na edição de 1892 do seu livro, propõe não lhe ter sido “possível examinar até que ponto” eram justas as “acusações articuladas contra o despotismo interior” daquele “chefe”. Na segunda edição, de 1913, em nota, citando opúsculo de Miguel Lemos, de 1899, refere-se à historiografia revisionista argentina, que se levantava, bem ou mal, contra a legenda liberal-mitrista, registrando a necessidade de releitura do passado que rompesse com os princípios epistemológicos nacional-patrióticos, iluminando o que denominava com sensibilidade de “recessos escuros da história nacional”. “Hoje graças ao influxo, direto ou indireto, consciente ou inconsciente, da renovação filosófica de Auguste Comte, a luz vai penetrando em todos” os “recessos escuros da história nacional de cada povo”, permitindo que um “novo espírito” presida o “exame de certas épocas e de certas personalidades contra as quais o partido vencedor conseguiu tornar unânime sua implacável e cega execração”. Assim sendo, “Rosas e seu tempo” começavam a “ser estudados com ânimo desprevenido e inteligente por historiadores argentinos que, abandonando os velhos métodos, emanciparam-se da monstruosa lenda que os *unitários* lograram propagar e fazer aceitar universalmente.”⁴⁹ Era precisamente o que Teixeira Mendes realizava no relativo às lendas imperiais sobre o grande conflito.

REVISIONISMO HISTORIOGRÁFICO

Mesmo não se pronunciando, cuidadoso, por falta de dados, sobre o caráter da ditadura do

47 MENDES, R.T. *Esboço [...]*. ob.cit. p. 101

48 Id.ib. p.101

49 In: LEMOS, Miguel. “A guerra do Paraguai à luz do critério histórico positivo”. Recife: A. Pereira Simões, 1912. [folheto]

caudilho argentino, Teixeira Mendes assinala que os motivos que levaram o Império a combatê-lo eram “egoístas” e “hipócritas”. Colocando o dedo fundo na chaga da hipocrisia imperial, pergunta que sentido havia de ir lutar no Prata para “libertar” os povos do “jugo dos seus tiranos, quando em sua Pátria se contavam por milhões os seus concidadãos escravizado pela mais monstruosa das opressões” – ou seja, a escravidão.⁵⁰

Teixeira Mendes cita o Relatório do Ministro dos Estrangeiros, de 1852, que propunha que Rosas apoiara os farroupilhas, enfatizara os princípios do tratado de 1777 sobre as fronteiras; pretendia reconquistar as Missões Orientais; sustentara as violências contra proprietários brasileiros na Banda Oriental. Ações que exigiriam, segundo aquele documento, uma “solução definitiva” do Império, e, sobretudo, que este último se “premunisse”, levando a guerra à Argentina, antes que o “governador de Buenos Aires” “trouxesse a guerra” ao país.⁵¹ Segundo a documentação imperial por ele citada, Rosas ameaçava o Paraguai e obtivera, em 1851, licença do corpo legislativo de província de Buenos Aires para gastar o necessário na reconquistar a província paraguaia, enquanto os parlamentares daquela casa pronunciavam-se pelo fim da monarquia e pela sublevação dos cativos do Império.⁵² Sempre segundo a mesma fonte, vencendo Rosas a intervenção franco-inglesa e controlando o interior do Uruguai, através de Oribe, faltava-lhe apenas atacar o Império. Portanto, a recomendação era clara: o Império devia atacar antes de ser atacado.

A intervenção do governo imperial “nos negócios do Prata”, procurada pelo Império, necessitava apenas de um “pretexto”, que foi buscado entre os “mais vulgares preconceitos do orgulho nacional” – a conduta “que se dizia ter” o general Oribe “para com os brasileiros” que moravam no Uruguai.⁵³ Teixeira Mendes lembrava que muitas das ações do ditador argentino denunciadas como crimes, para justificar aquele confronto, haviam sido praticadas e reivindicadas como legítimas e gloriosas pelo governo imperial. Para ele, se era criminoso o “projeto de reconstruir o antigo vice-reinado de Buenos Aires, mediante a conquista das repúblicas do Uruguai e Paraguai”, seria também inaceitável o esforço do Estado imperial, que recorrera às “maiores violências” para incorporar a Banda Oriental e as províncias que tentaram separar-se: Rio Grande do Sul, Pernambuco, etc.

Na consecução consciente desta política, o governo imperial teria procurado as alianças necessárias para atacar a Argentina de Rosas e o Uruguai de Oribe. Para tal, realizara, em 20 de

50 MENDES, R.T. *Esboço [...]*. ob.cit. p. 103

51 Id.ib. p.106

52 Id.ib. p.104

53 Id.ib. p.108

dezembro de 1850, tratado com o governo do Paraguai e, em 29 de maio de 1851, aliança ofensiva e defensiva com os governos uruguaio de Montevidéu e com o governador das províncias de Entre Rios e Corrientes, quando se decidiu convidar o governo paraguaio a integrar a aliança. Teixeira Mendes lembrava que, nesse e nos tratados que se seguiriam, asseguraram-se a independência da Banda Oriental, a livre navegação do rio da Prata e de seus tributários aos ribeirinho, vantagens territoriais para o Império no Uruguai, a devolução dos cativos fugidos. Para ele, o exame desses tratados manifestava o “egoísmo da diplomacia imperial”, pois registravam “graves infrações da moral social”. Para o apóstolo positivista, a República deveria “espontaneamente rever” e anular as partes dos tratados obtidos naquele então que contivessem “disposições iníquas.”

VITÓRIA ENVENENADA

Em 4 de setembro de 1851, o exército imperial entrava na Banda Oriental, ensejando que, “como era de esperar”, em 20 de setembro, aprovava-se a declaração de Juan Manuel de Rosas de guerra ao Império. Como visto, Teixeira Mendes questionava o direito de interferência de um Estado nos assuntos de outro, defendendo o direito de auto-determinação das nações. “Admitido o princípio da legitimidade da interferência de um governo estrangeiro nas questões internas de qualquer povo, fica aberta a porta para todas as atrocidades.” Em formulação igualmente muito atual, em época de intervenção “humanitária” imperialista, propõe que a um povo, no frígido dos ovos, é melhor conhecer tiranos domésticos do que estrangeiros! Para ele, “só uma digna neutralidade” das nações fortes seria “capaz de preservar [da intervenção] as nações fracas”.⁵⁴

No evolucionismo histórico positivista, impunha-se a necessidade e a inevitabilidade da divisão dos grandes estados em “pequenas nações”. “Sem dúvida que os interesses supremos da Humanidade exigem a defesa das pequenas nacionalidades assim como hão de determinar a fragmentação dos grandes estados atuais, em futuro tanto mais próximo quanto mais rápido for o desenvolvimento do regime científico-industrial”. Teixeira Mendes lembrava que, “defendendo a independência do Paraguai e da República Oriental” diante do unitarismo portenho, a política imperial no Prata coincidia “com as prescrições da evolução social”. Entretanto, assinala que o Estado imperial não o fizera por razões altruístas, do que resultou as pequenas nações do Prata ficarem temendo o “egoísmo patriótico e dinástico da monarquia”.⁵⁵

54 Id.ib. p.113-5

55 Id.ib. p.108-9

Os *brasileiros* ganhavam nos limites com o Uruguai e na navegação dos afluentes do rio Paraguai, mas ficavam com o “orgulho” e a “ vaidade nacionais exaltados ao ponto” de começarem a “olhar com desdém para os nossos aliados.” As “conseqüências de uma política sem lealdade e sem generosidade”, nascida dos “estritos cálculos nacionais e dinásticos”, mesmo coincidindo “com as exigência da Humanidade”, contribuía para a “instabilidade” das relações exteriores do Império E, então, a *bola da vez* fora o Paraguai, com o qual o Império tinha também problemas de limites e navegação. Em sua retórica nacional-justificadora, Rio Branco, citado por Teixeira Mendes, confirmara tal fenômeno, propondo que, “tendo desaparecido da cena o ditador Rosas [...] o governo do Paraguai então deixou-se possuir de prevenções contra o Brasil, receou que, ufanos com os resultados que havíamos alcançado nas margens do Prata, nos tornássemos ambiciosos e quiséssemos substituir o ditador Rosas em seus desígnios contra a República do Paraguai.”⁵⁶

Referindo-se sem citar a expedição militar de 1854-5, enviada pelo Império pelo rio Paraguai, Teixeira Mendes lembra que, após “expulso Rosas”, “continuaram turvas as nossas relações com os estados vizinhos”, sobretudo devido às “questões de limites”, da “livre navegação dos rios” e das “vexações de que se diziam alvo os nossos compatriotas moradores da Banda Oriental”. As relações do Império chegaram a uma situação “bem tensas”, em 1854-5, com o Paraguai, conseguindo-se, “felizmente”, “um tratado de livre navegação” em 12 de fevereiro de 1858, “negociado por Silva Paranhos”.⁵⁷ Entretanto, ficavam “todavia por liquidar-se a questão de limites” e persistiam as “desconfiança e as suscetibilidades das vaidades nacionais de ambos os países”.⁵⁸

PREPOTÊNCIA INGLESA

Em junho de 1861, em uma época em que “a política escravagista de Pedro 2º dava azo ao governo britânico para complicações com o Império”, naufragava nas costa do Rio Grande do Sul o navio inglês *Prince of Walles*, levando a que o representante britânico reclamasse ao governo imperial o roubo da carga e eventuais assassinatos de tripulantes. Um ano mais tarde, “incidente policial contra oficiais da marinha inglesa” ensejara novas reclamações que, também não satisfeitas, resultaram em três notas, em 5 de dezembro de 1862, da legação britânica, sob forma de *ultimatum*. Não sendo aceitas as ponderações imperiais, o ministro inglês determinara que o “chefe da estação

56 Id.ib. p. 114-117

57 Colocar informação sobre expedição naval

58 MENDES, R.T. *Esboço [...]*. ob.cit. p. 117

naval britânica” no Rio de Janeiro procedesse “represálias”, com enorme exaltação da população da Corte.⁵⁹

Sugerindo o diplomata inglês, após o início das represálias, que as questões fossem postas “em discussão a um arbitramento imparcial”, após ouvir o “conselho de Estado”, o imperador aceitara o “arbitramento” apenas no que dizia respeito à “segunda questão”, decidindo “pagar quanto lhe fosse exigido sob protesto”. Fixando o governo inglês o que seria devido “pelo roubo dos salvados do *Prince of Walles*”, a “questão dos oficiais foi submetida ao julgamento do rei Leopoldo da Bélgica”, que se pronunciou em favor do Império. Após pagar o que fora pedido pelos ingleses, não recebendo as satisfações exigidas pelas “ofensas” e a indenização pelos “prejuízos resultantes das represálias”, o governo imperial rompeu as relações diplomáticas com a Inglaterra, retomadas mais tarde “mediante a intervenção de Portugal”.

Para Raimundo Teixeira Mendes, o “conjunto destas negociações feriu profundamente o amor-próprio nacional, elevando as nossas suscetibilidades patrióticas ao mais alto grau”, motivando “disposição belicosa, que não podendo explodir em relação à Inglaterra”, “tendia a precipitar-nos em uma luta para saciar o orgulho patriótico humilhado”. Para ele, a guerra teria começado imediatamente, e não no ano seguinte, se a Câmara dos Deputados não houvesse sido dissolvida, “logo depois de suas felicitações ao monarca pela sua conduta na questão inglesa”. Quando da abertura das câmaras, em 1864, insuflado pela “linguagem apaixonada de alguns deputados”, o governo imperial confiou missão especial ao rio da Prata ao conselheiro Saraiva, para reclamar do “governo oriental a punição dos acusados de crimes contra a propriedade, a vida e a honra de cidadãos brasileiros domiciliados na Banda Oriental”, a fim de “obter garantia para o futuro dos mesmos”.

Para Teixeira Mendes, um “espírito imparcial”, que não se deixasse “arrastar pelos preconceitos de um estreito patriotismo” na análise da questão, conviria que no seu comportamento, o governo imperial não procedera como “exigiam os supremos princípios da Humanidade”. Lembra que o próprio governo imperial “confessava que um grande número de brasileiros” alistara-se “nas fileiras de Flores e recusava abandoná-las” como lhes fora determinado. Apesar disso, exigia-se que o “governo oriental, a braços com uma guerra civil, satisfizesse” as “reclamações” imperiais, para o que necessitava “uma justiça plenamente organizada”. Ele via na prepotência do Império com o Uruguai a mesma da Inglaterra com o Brasil. Apoiava a ponderação da diplomacia oriental, de que o

⁵⁹ Id.ib. p.119

“brasileiro”, como “qualquer outro estrangeiro”, que se hospedasse na “república”, deveria aceitar as “leis e as autoridades” que pesavam também sobre os “nacionais”. O governo oriental lembrava que no Uruguai, que se “pinta com as mais negras cores”, viviam em contato com as “autoridades” uma população, “rica e próspera” de “mais de quarenta mil” brasileiros, “senhora de uma imensa zona do país”.⁶⁰

O INÍCIO DOS COMBATES

Após malograr tentativa de intervenção para paz entre o “general Flores e o governo legal”, do “ministro brasileiro, de acordo com o ministro inglês em Buenos Aires, com o ministro argentino e com o Sr. André Lamas”, Saraiva apresentara um “ultimatum” que se seguiria de “represálias” que, propondo não serem “atos de guerra”, pretendiam lançar sobre o governo oriental as conseqüências de qualquer reação diante delas. Segundo Teixeira Mendes, Saraiva procedia com o Uruguai como Christie procedera, em 1862, ao exigir que o Império sofresse as violências militares, que também afirmava não constituírem “ato de guerra”, sem transpor os “limites do estado de paz”, caso não quisessem sofrer retaliações ainda mais fortes! Assinalava que o governo oriental apresentara o pedido de levar a questão a tribunal arbitral, segundo os acordos do “congresso de Paris” que, aceitos pelo Império, haviam resolvido “questões com uma das grandes potências signatárias” [Inglaterra] daquele tratado. O que foi rejeitado por Saraiva, sob a escusa da urgência em garantir a “segurança da vida e da propriedade dos brasileiros domiciliados” na Banda Oriental. “E assim precipitou-se o Brasil na guerra contra a República do Uruguai da qual originou-se a campanha do Paraguai [...]”⁶¹

Teixeira Mendes reafirmava a “desconfiança” com que o Império era olhado pelos “vizinhos”, pois sua política não podia “tranqüilizá-los”, já que mesmo quando lhes fora favorável, fora ditada por “cálculos de estreito patriotismo”. Que o governo paraguaio, vendo “suplantada a República Oriental” pelo Império, tinha toda razão em temer que tentasse resolver pela força as “questões de limites” entre os países. Assinalava que Saraiva, em 28 de maio de 1864, escrevera que “dificuldades” podiam surgir com o Paraguai, devido à intervenção no Uruguai. Lembrava que, em 17 de junho de 1864, “instado pelo governo de Montevideú”, Francisco Solano López ofereceu a “sua mediação ao governo” imperial e ao conselheiro Saraiva, rejeitada. Enviando pelo governo uruguaio ao governo paraguaio o ultimato de 4 de agosto de 1864, este último apresentara nota ao ministro brasileiro em

60 Id.ib.p.123-5

61 Id.ib. p. 127-8

Assunção, em 30 de agosto, reafirmando que consideraria “qualquer ocupação do território oriental”, “pelos motivos consignados no *ultimatum*” “como atentatória do equilíbrio dos estados do Prata, que interessa à República do Paraguai, como garantia de sua segurança, paz e prosperidade”, “desonerando-se desde já de toda a responsabilidade pelas conseqüências” das conseqüências daquele ato.

Nota que, assinalava Teixeira Mendes, encerrava ameaça de “declaração de guerra”, no caso de concretizar-se a intervenção. Apenas “por incompreensível deficiência intelectual ou por um radical desdém” para com o governo paraguaio, “poderia o governo imperial persistir na deliberação de invadir a Banda Oriental”, sem esperar o conflito com o Paraguai. Teixeira Mendes rejeita também a objeção habitual de que Francisco Solano López pretendia apresentar-se como “árbitro das questões internacionais da América do Sul” pois, para agir como agiu, bastava-lhe crer que o Brasil pensava resolver pela força os problemas de limites com o Paraguai, após vergar o Uruguai. “Com estas apreensões era natural que López procurasse atacar o Brasil tendo por seu aliado a Banda Oriental [os *blancos*] e talvez a República Argentina [os federalistas], bem como a província brasileira do Rio Grande do Sul [os ex-farroupilhas], que se revoltara, em lugar de esperar que fosse combatido quando não pudesse ter ninguém por si.”⁶²

Teixeira Mendes assinala que, por três outras vezes, o governo paraguaio reafirmou diante do governo imperial sua oposição à invasão do Uruguai. Apenas após a ocupação da “vila de Melo”, “*sem prévia declaração de guerra, ou outro qualquer ato público dos que prescreve o direito das gentes*”, como lembrava a nota do governo paraguaio, de 12 de novembro 1864, rompera as relações com o Império e proibira a navegação das suas águas para os navios daquela nacionalidade, aprendendo, no dia seguinte, o navio marquês de Olinda.⁶³ Conclui, portanto, que o “histórico destes acontecimentos basta para evidenciar a responsabilidade que coube ao governo imperial na última guerra que tivemos a infelicidade de sustentar. Julgando os fatos à vista dos documentos oficiais e sem prevenções de amor próprio nacional”, teríamos que convir que, “sejam quais forem os erros e crimes justamente imputáveis” a Francisco Solano a López, foi o governo do “ex-imperador quem determinou a luta pela sua atitude para com a República Oriental”.

FALSAS ESPERANÇAS

Em princípios de 1865, Francisco Solano López planejara invadir o Rio Grande do Sul,

62 Id.ib. p. 132-3

63 Id.ib. p.137

talvez com a esperança de sublevar a província contra o Império. A negativa de licença para atravessar o território argentino levou o governo paraguaio a romper com Buenos Aires, “precipitando-o assim na aliança armada com o Brasil”.⁶⁴ Na época, Teixeira Mendes não possuía informação documental sobre as verdadeiras intenções antiparaguaias de Bartolomé Mitre, ao facilitar a intervenção do Império no Uruguai e a negar a passagem das tropas paraguaias por seus territórios, licença acordada anteriormente, em sentido inverso, ao Império.

Para Teixeira Mendes, a superioridade militar imperial fez com que López “sentisse a necessidade de negociar a paz”, propondo, em 12 de setembro de 1866, em Yataity Corá, a paz e oferecendo ganhos territoriais aos oponentes. “Suas propostas não foram porém atendidas, porque o Império assentara em não concluir a guerra sem a expulsão do ditador paraguaio”, como decidido no tratado da Tríplice Aliança, onde, apesar de se dizer que a guerra era contra o governo e não “contra o povo paraguaio”, definira-se as terras que seriam anexadas, a distribuição dos “despojos” e dos “troféus”, o “pagamento das despesas da guerra”!

“Se o rompimento das hostilidades” constituía “um grave pecado do Império, a partir do pedido de paz de Solano López, o prolongamento da guerra constituía um verdadeiro crime de lesa-humanidade”. O ex-imperador não teria cedido diante do sacrifício da vida de “milhares de seus concidadãos”; não vacilara “ante a perspectiva da ruína do Paraguai”, não aceitara às mediações USA e das repúblicas americanas, etc. “E no entanto milhões de brasileiros gemiam na escravidão, sem que o ex-monarca sentisse maculada a honra nacional, e visse sequer na redenção deles um melhor emprego das enormes somas votadas à guerra!”⁶⁵

A crítica de Teixeira Mendes sobre o papel do Imperador no conflito avançava, também, sugestões para a necessária solução de charada ainda não suficientemente elucidada pela historiografia: a razão do verdadeiro encançamento de dom Pedro em iniciar a guerra e, sobretudo, em levá-la até o literal arrasamento do Paraguai. Posição com a qual divergiu o mais incondicional e brilhante militar monárquico, o futuro duque de Caxias, que literalmente abandonou o campo de batalha, negando-se a comandar a caçada humana contra o presidente do Paraguai, já totalmente derrotado, a quem jamais foi realmente proposto quartel.

64 Id.ib. p.140

65 MENDES, R.T. *Esboço [...]*. ob.cit. p. 141

O IMPERADOR GUERREIRO

O combate à república do Paraguai, sob a liderança imperial, dava-se em momento em que algumas casas reinantes européias, com destaque para a francesa, a austríaca e o papado, deliraram sobre a reconversão monárquica de parte da América Latina. Em 1864, iniciava-se a intervenção de Napoleão III no México, para entronizar Maximiliano de Habsburgo-Lorena, que estivera no Brasil, poucos anos antes daquela desastrada aventura imperialista, para visitar dom Pedro, seu primo-irmão. O governo imperial foi o único nas Américas a reconhecer, “o intruso Maximiliano como imperador do México”, em fevereiro de 1865. Maximiliano foi fuzilado em 19 de junho de 1867, após a vitória dos republicanos de Benito Juárez.⁶⁶

Dom Pedro esforçava-se em construir-se perfil de imperador ilustrado e culto, apesar de reinar sobre nação escravista semi-colonial. Ao sair prestigiado do *confronto* com a Inglaterra, esperaria prestigiar a sua pessoa e a sua dinastia, ao impor-se também como príncipe guerreiro, com rápida vitória militar sobre o Paraguai. Em 1864, acreditava-se que o conflito duraria apenas alguns meses, devido à debilidade objetiva do oponente. Nos seus sonhos de glória militar, viajou apressadamente para participar, com toda a pompa, da rendição de Uruguaiana, em setembro de 1865.⁶⁷

A guerra contra o Paraguai procrastinava também as crescentes pressões externas e internas sobre a abolição da escravidão, totalmente rejeitada pelas classes que sustentavam a monarquia, e temida pela dinastia bragantina. Finalmente, Teixeira Mendes assinala “a indiferença do sacerdócio católico, cujos representantes inspirados pelos mais vulgares preconceitos nacionais, contentavam-se em implorar ao Deus dos exércitos a vitória das respectivas armas ou em agradecer-lhes os respectivos triunfos” e pergunta por que o papa não se opusera a tal confronto.⁶⁸

66 Id.ib. p. 142

67 Rendição de Uruguaiana

68 MENDES, R.T. *Esboço [...]*. ob.cit. p. 143

A GUERRA COMO POLÍTICA OU A POLÍTICA NA GUERRA

Rogério Rosa Rodrigues¹

Há alguns séculos Clausewitz anunciara que a guerra é a continuação da política por outros meios. O adágio parece ter caído no esquecimento pelos pesquisadores da Guerra do Contestado. O conflito ocorrido entre 1912-1916 nas fronteiras do Paraná com Santa Catarina foi amplamente estudado por profissionais de diversas áreas do conhecimento, no entanto, poucos destacaram o aspecto político-militar de um dos maiores conflitos sociais ocorridos no campo em território nacional. Apesar dos destacados aspectos militares envolvidos em todo o processo de repressão e registro oficial do conflito rebelde, os estudos têm se concentrado mais nas questões místico-religiosas presentes no movimento, assim como na organização social dos rebeldes.

Como exemplo vale citar os marcos cronológicos escolhidos para registrar o conflito: em outubro de 1912 ocorreu o combate na região disputada judicialmente por Paraná e Santa Catarina, num lugarejo denominado Irani. Nessa refrega padeceram alguns soldados e sertanejos. Entre as vítimas destacam-se o líder religioso que tinha em sua companhia centenas de desabrigados, conhecido como José Maria, e o comandante da Força Pública paranaense, capitão João Gualberto. Este oficial tinha como dever expulsar os supostos invasores catarinenses de território em litígio pelos estados vizinhos.

O ano de 1916 foi escolhido em função da vitória da prisão de Adeodato Ramos, último líder do movimento do Contestado, e também por causa da assinatura do tratado de limites entre Paraná e Santa Catarina celebrado no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Este evento contou com a presença de várias autoridades militares, entre as quais o ministro da guerra, Caetano de Faria (1914-1918), o presidente da República e os presidentes dos Estados beligerantes.

Mas entre os fatos militares de maior peso na deflagração da guerra do Contestado está a declaração do general comandante da chamada campanha de Guerra, Fernando Setembrino de Carvalho. Após algumas tentativas frustradas por parte dos governadores paranaense e catarinense de por fim ao conflito, bem como a péssima repercussão dos acontecimentos na imprensa nacional,²

¹ Doutor em História social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor de Teoria e metodologia da História na Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia.

² A imprensa atrelava os acontecimentos do Contestado ao de Canudos e apontava o perigo do Exército brasileiro cometer os mesmos erros de outrora. Esse viés foi explorado com maiores detalhes no capítulo 2 de minha tese de doutorado intitulada *Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do exército brasileiro*, Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, 2008.

em agosto de 1914 Setembrino de Carvalho foi convocado pelo presidente Hermes da Fonseca e pelo Ministro da Guerra Vespasiano Albuquerque (1912-1914) para assumir o comando das operações.

Muito próximo dos militares políticos da época, Carvalho estivera no Ceará no primeiro semestre de 1914 como interventor na crise instalada pelo conflito liderado por Padre Cícero que depôs o Presidente de Estado Coronel Franco Rabelo.³ Ao se reunir com as autoridades políticas em agosto de 1914 no Palácio do Catete Carvalho frustrou as expectativas das autoridades políticas ao resistir a assumir a intervenção federal no Contestado tal como fizera no Ceará. Em suas memórias confessa que declinou do convite feito diretamente pelo Ministro da Guerra e pelo Presidente Hermes da Fonseca com a justificativa de que não seria “general único para casos tais”.⁴

Diferentemente do que fizera no Ceará, propôs manter os presidentes estaduais no poder e colocá-los sob a autoridade de um militar, em outras palavras, ao invés de Estado de sitio a solução apontada foi decretar estado de guerra. No dia 26 de agosto de 1914 o decreto com sua nomeação foi publicado nos seguintes termos:

Resolvo nomear o general de brigada Fernando Setembrino de Carvalho inspetor permanente da XI Região Militar, interinamente com a incumbência especial de reprimir os desordeiros que nos Estados do Paraná e Santa Catarina, atentarem contra as autoridades federal e local. Para tornar praticamente efetiva essa incumbência, o referido general exercerá toda a autoridade indispensável, de acordo com as disposições da Constituição, em vista da requisição dos Governos de ambos os Estados, os quais pediram, nos termos do artigo 6. [da Constituição] a intervenção da União para esse fim.⁵

Com a assertiva dos líderes políticos a partir de setembro de 1914 o conflito no sul do Brasil ganharia o status de uma operação de guerra. Diante desse quadro Setembrino se tornou comandante geral das operações militares no Contestado e Inspetor da XI Região Militar com sede em Curitiba, ou seja, acumulou plenos poderes para resolver o conflito em conformidade com os interesses do exército. A nomeação gerou especulações nos círculos político-militares da época. A suposta imparcialidade do Exército foi questionada pelo coronel Felipe Schmidt que na função de presidente do Estado de Santa Catarina e colega de farda de Setembrino colocava em dúvida sua autoridade para arbitrar

³ Trata-se da Revolta de Juazeiro liderada por Padre Cícero. O conflito inicialmente circunscrito a região do Crato ganhou contornos nacionais ao envolver a oposição a liderança do governador eleito Coronel Franco Rabelo e uma tentativa de restabelecer o poderio da oligarquia Acioli na política cearense. A intervenção federal acabou por beneficiar a política oligárquica tradicional ao declarar estado de sitio na capital e obrigar a capitulação do presidente Rabelo. Esta história está bem analisada por Ralph Della Cava. *Milagre em Juazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

⁴ CARVALHO, Fernando Setembrino de. Memórias: dados para a História do Brasil. Rio de Janeiro: [s.n.]. 1950, p.130.
⁵ Idem, p. 131.

acerca da disputa territorial travada entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina. Como resposta Carvalho solicitou sua demissão do cargo de Inspetor ao mesmo tempo que respondeu a crítica feita por Schmidt:

Não somente porque o cargo de inspetor permanente nesta região compete a um general de divisão, como também porque, devido anormalidades nos Estados Paraná e Santa Catarina, acha-se aquela autoridade investida de poderes especiais para o restabelecimento da ordem nos referidos Estados, o exercício do cargo por um general de brigada no momento atual reveste-se da confiança nele depositada pelo governo da República, o que é ainda corroborada pela doutrina seguida na indicação ao comando superior em operações de guerra; em tais condições, unicamente por motivos de escrúpulos, venho respeitosamente depositar nas mãos do Exmo. Sr. Presidente da República por intermédio de V. Excia. o pedido de demissão do cargo de Inspetor Interino desta região com que fui por decreto de 26 de agosto findo, honrado pelo Exmo. Sr. Marechal Hermes da Fonseca.⁶

A demissão não foi aceita e o Presidente Hermes reafirmou os poderes já conferidos a Carvalho para atuar livremente na repressão ao movimento do Contestado. Isso significou a mobilização do corpo do exército brasileiro em massa para a região. Foram escolhidos os regimentos mais bem equipados do país, provenientes de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O número total de homens enviados chegou a significar um terço do efetivo do exército, aproximadamente seis mil homens. Equipamentos de primeira linha e estratégias de guerra inspiradas nos maiores pensadores militares da época também foram testados no conflito, especialmente equipamentos e estratégias provenientes da França e da Alemanha.

O curioso na estratégia de declarar estado de guerra no Contestado é a coincidência da opção com o momento da Primeira Guerra Mundial e a intensiva Campanha de modernização deflagrada pelo Exército naquele momento.⁷ A corporação tivera papel destacado na instauração do regime republicano do país em 1889, participara ativamente da política nacional nos primeiros anos e colocara em ação uma série de reformas reivindicadas pelos oficiais desde o final da Guerra do Paraguai.

⁶ Telegrama ao Ministro da Guerra, 17 de novembro de 1914. AHEx.

⁷ A relação entre a Guerra do Contestado e a modernização do exército foi o mote central para o desenvolvimento da minha tese de doutorado já citada acima.



Componentes da 4ª Companhia de Metralhadoras sob o comando do Capitão Coelho de Souza nas trincheiras da Vila de Canoinhas, SC, destacando-se metralhadoras em primeiro plano. Fonte: Setor de Iconografia do Arquivo Histórico do Exército.

Essas reformas tinham como meta modernizar o exército brasileiro, o que significava melhorar seus equipamentos e instalações, contratar missões militares estrangeiras para treinar os oficiais brasileiros, reformar as leis e normas militares e, principalmente, dar fim a imagem negativa que a sociedade possuía da corporação. O exército era visto de forma geral como uma continuidade dos braços repressores do império e do regime escravista em função do uso do recrutamento forçado para preencher os claros do alistamento anual, bem como os serviços que prestavam as oligarquias nacionais ao ser convocado para sufocar movimentos que colocavam em xeque a autoridade dos coronéis. Além disso, pesava sobre os militares em geral a imagem de que em seus quartéis abrigava bandidos de toda a espécie e a idéia de que no interior da caserna vigorava a prática da sodomia.⁸

Esse era o cenário da campanha movida pelos militares ao participar ativamente da política nos primeiros anos da República. Tudo parecia confluir para um processo de modernização gradativo das forças militares do país. No entanto, dois acontecimentos foram decisivos para retardar o que

⁸ O historiador Peter M. Beattie analisa o processo de luta do exército para livrar-se dessa imagem no livro *Tributo de Sangue: Exército, honra, raça e nação no Brasil 1864-1945*. São Paulo: Edusp, 2009.

parecia encaminhado. Primeiro a entrada de líderes paulista no executivo federal e a atuação do Exército no conflito ocorrido no sertão da Bahia no final do século XIX.

No primeiro caso vale registrar a conturbada transição do governo do general Floriano Peixoto (1891-1894) para o de Prudente de Moraes (1894-1898) em função da presença de políticos radicais que defendiam a necessidade de um governo forte contra uma política que procurava delegar maiores poderes aos Estados.⁹ Com a eleição do paulista Campos Sales (1898-1902) e a instauração da chamada política dos governadores, os militares e militaristas caíram no ostracismo político. A sublevação dos oficiais da Praia Vermelha no alvorecer do século XX seria um dos últimos momentos de manifestação desses oficiais na história do Brasil.¹⁰

No segundo caso a repercussão negativa da Guerra de Canudos só fez confirmar a péssima imagem que a sociedade brasileira possuía do Exército, além de denunciar uma força despreparada bélica e ideologicamente. A imprensa da época já havia demonstrado as deficiências do exército que atuou em Canudos,¹¹ mas foi, sobretudo o sucesso do lançamento do livro de Euclides da Cunha o maior responsável por marcar a imagem da corporação como uma força a usar os mesmos métodos de uma população tida como ignorante e bárbara tal como a prática da degola aplicada aos sertanejos e o sorteio das crianças sobreviventes entre os soldados.

Os sertões chegou ao mercado no ano de 1901 e causou profundo impacto nos meios intelectuais do país. Não seria exagero dizer que o livro foi responsável por jogar a última pá de cal sobre uma instituição já bastante atingida por seu envolvimento com a politicagem nacional.¹² O livro foi imediatamente saudado pela *intelligentsia* brasileira como uma das maiores e mais contundentes representações do país e de seu povo.

A oportunidade dos militares darem a volta por cima só ocorreu com o vácuo aberto pela tentativa do presidente Afonso Pena (1906-1909) colocar como seu sucessor o então ministro da fazenda David Campista. A falta de base política para essa indicação gerou uma crise que abriu a possibilidade dos militaristas lançarem a candidatura de Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra

9 Trata-se do grupo radical também conhecido como florianistas e jacobinistas. Sobre o papel desse grupo na história do Brasil ver June E. Hahner. *Relações entre civis e militares no Brasil, 1889-1898*. São Paulo: Pioneira, 1975 e Suely Robles Reis de Queiroz. *Os radicais da república: jacobinismo, ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

10 Conforme defendido por José Murilo de Carvalho em *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

11 Para uma análise pormenorizada da cobertura da imprensa sobre a Guerra de Canudos merece destaque o trabalho de Walnice Nogueira Galvão. *No calor da hora. A Guerra de Canudos nos jornais: 4. Expedição*. São Paulo; Ática, 1974.

12 Os oficiais engajados na modernização do exército atribuíram tal envolvimento à influência do positivismo nas forças armadas. Isso aparece claramente nas páginas de A Defesa Nacional e foi apontado por mim no capítulo I de minha tese de doutorado, já citada acima.

entre 1906-1909, a presidente do Brasil.

Hermes vinha inovando na pasta da guerra ao instituir manobras militares no Rio de Janeiro com o claro objetivo de treinar alguns regimentos dentro de novas estratégias militares, bem como iniciá-los com equipamentos de primeira linha. Tais manobras eram abertas á imprensa da época e saudada como um novo vento a soprar nas corporações militares. Diante de sua campanha de visibilidade do exército o então Ministro da Guerra também conseguiu levar a cabo um projeto de lei que tinha como proposta instituir o sorteio militar em substituição ao recrutamento forçado.¹³ Por esta lei todos os jovens brasileiros se inscreveriam nas forças militares e seriam selecionados a servir ao exército.

Hermes também reativou a aproximação do exército brasileiro com o alemão numa clara tentativa de contratar uma missão estrangeira para treinar os oficiais do país. Essa operação teve como desdobramento a remessa de jovens tenentes à Alemanha para aprender novas técnicas e instruções militares. Parte dessa delegação, posteriormente conhecida como *jovens turcos*, criou em 1913 uma revista militar denominada *A Defesa Nacional* com vistas a defender a modernização efetiva do exército e a implementação da lei do sorteio. A lei fora aprovada em 1908, mas não ganhara a confiança da sociedade para ser colocada em prática.

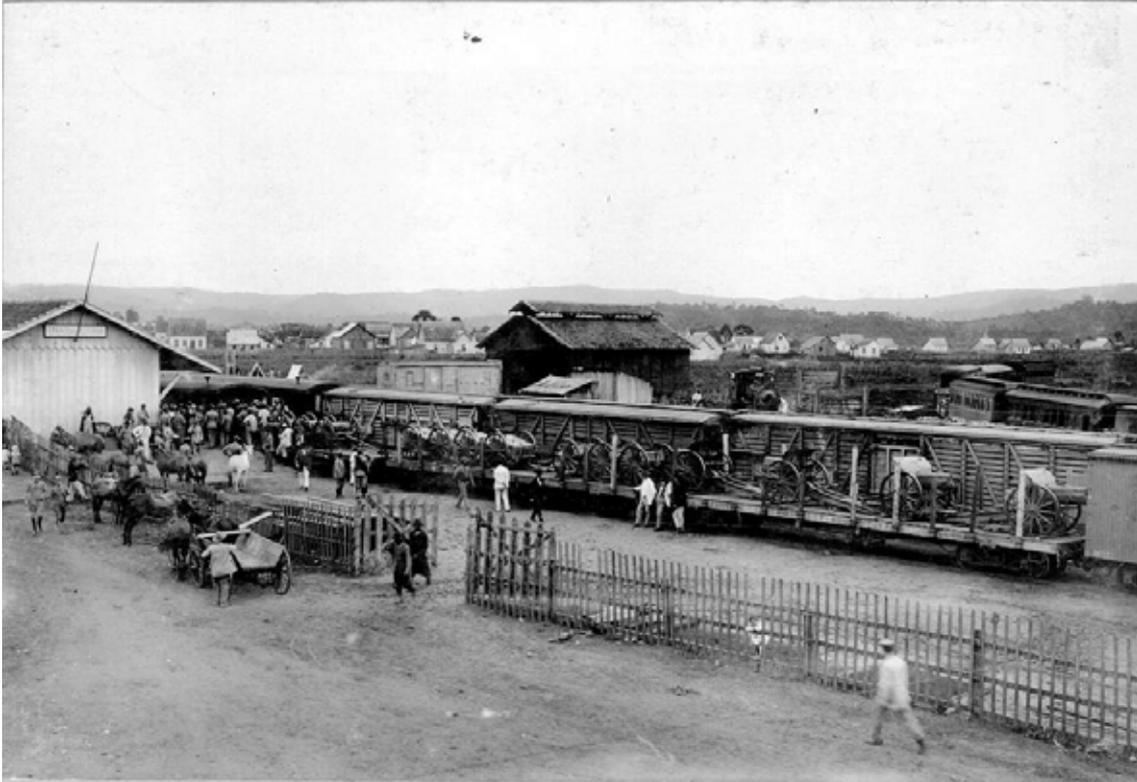
Foi nesse contexto de modernização militar, da presença de um oficial do exército na presidência da República e da péssima imagem da corporação na sociedade que o governo federal decidiu pelo Estado de Guerra no Contestado. Tais fatos convergem para firmar a minha tese de que a Guerra do Contestado serviu de laboratório de exposição dos ideais de modernização do exército brasileiro.

Acredito que o comandante Fernando Setembrino de Carvalho ao negar destituir os poderes políticos na região transformou a atuação militar no sul do Brasil em uma espécie de vitrina das propostas de modernização do Exército.

Como primeira medida, Setembrino buscou regularizar a situação das tropas que já estavam em ação no Contestado, maioria composta por regimentos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Presentes no palco do conflito desde os primeiros meses de janeiro de 1914, os soldados estavam com soldos atrasados, com equipamentos bélicos e de saúde defasados. Além disso, ao assumir o comando das operações o general tratou de bloquear a presença da imprensa no local com o objetivo

¹³ Trata-se da lei n. 1860 de 10 de janeiro de 1908.

de reduzir as notícias que pipocavam nos jornais a mostrar um exército despreparado e ineficaz, tal como a imagem que se tinha do exército que atuou em Canudos.



Embarque em trem misto da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande da Bateria de Obuzeiros para Curitiba, PR, após o fim da Campanha do Contestado. Fonte: Setor de Iconografia do Arquivo Histórico do Exército.

Para o cenário do conflito foram direcionados equipamentos de primeira linha, tais como metralhadoras alemãs, aeroplanos franceses e concepções de guerra de estrategistas europeus. Os regimentos mobilizados para a região eram os mesmos que participaram das manobras militares promovidas por Hermes da Fonseca quando Ministro da Guerra. Boa parte dos equipamentos sequer foi usada, dado o seu tamanho e a tecnologia de ponta que possuíam. A região do conflito é de planalto e à época possuía uma mata densa. Os locais que abrigavam as comunidades dos fiéis – também denominados de redutos - eram de difícil acesso a cavalo ou caminhando, mais difícil era transportar equipamentos pesados como obuzeiros e metralhadores.

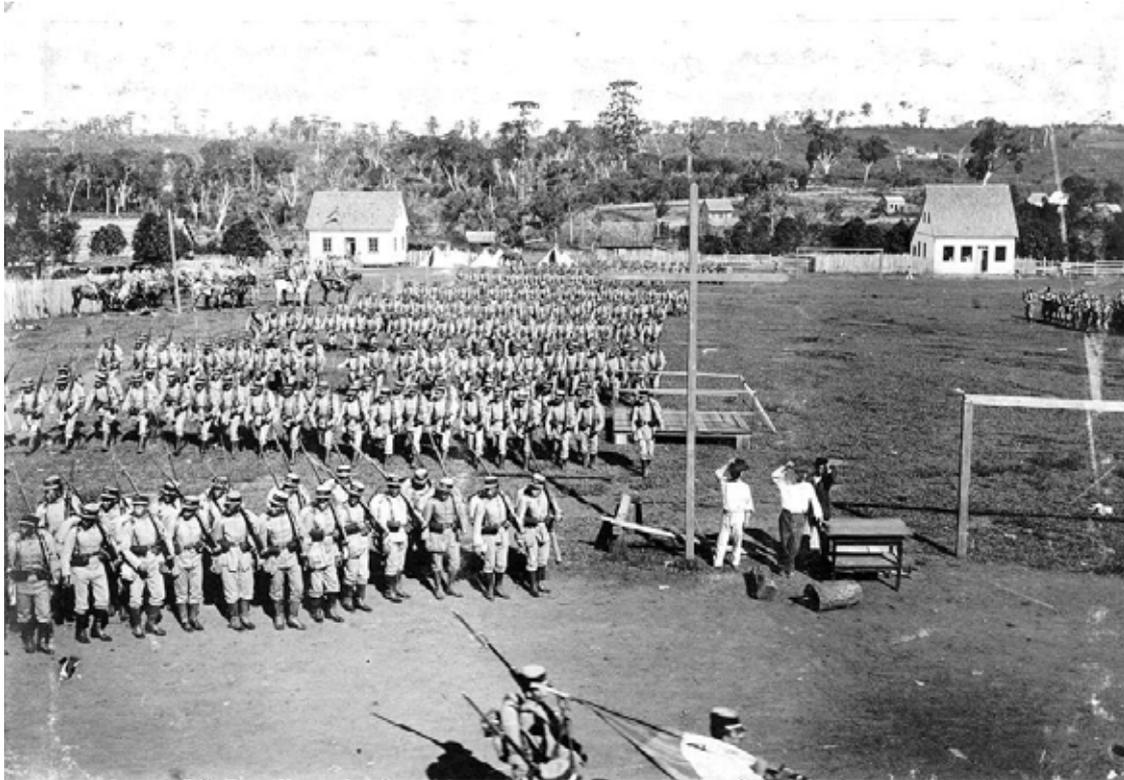


Foto Claro Jansson. Acervo família.

Com tantas novidades a ostentar Setembrino de Carvalho contratou um fotógrafo para registrar os feitos do Exército no conflito. As imagens eram imediatamente publicadas nos principais jornais do Rio de Janeiro, particularmente na prestigiada Revista Ilustrada *Fon-Fon*. Este periódico chegou a criar uma sessão específica para divulgar as imagens do exército no palco da guerra chamada *Fon-fon no Contestado*. Nesta sessão foram publicadas entre dezembro de 1914 e março de 1915 aproximadamente 70 fotografias de guerra. Todas a destacar os modernos equipamentos bélicos e o preparo técnico dos militares no Contestado.

Em telegrama ao Ministro da Guerra, Setembrino chegou a aventar a possibilidade de usar a marinha como força auxiliar no Contestado. Se bem sucedida essa guerra experimentaria pela primeira vez na história militar do país uma ação conjunta pela terra, pelos rios e pelo ar. No entanto, a ação da marinha sequer foi autorizada e a presença dos aeroplanos não vingou em função do piloto oficial Ricardo Kirk ter morrido ao sobrevoar a região para fazer o reconhecimento da área ocupada pelos fiéis de João Maria.¹⁴

¹⁴ Sobre o uso da aviação na Guerra do Contestado há dissertação do oficial Claudio Passos Calaza. *Aviação no Contestado: investigação e análise de um emprego militar inédito*. Programa de Pós-Graduação da Universidade da Força Aérea. Rio de Janeiro, 2007.

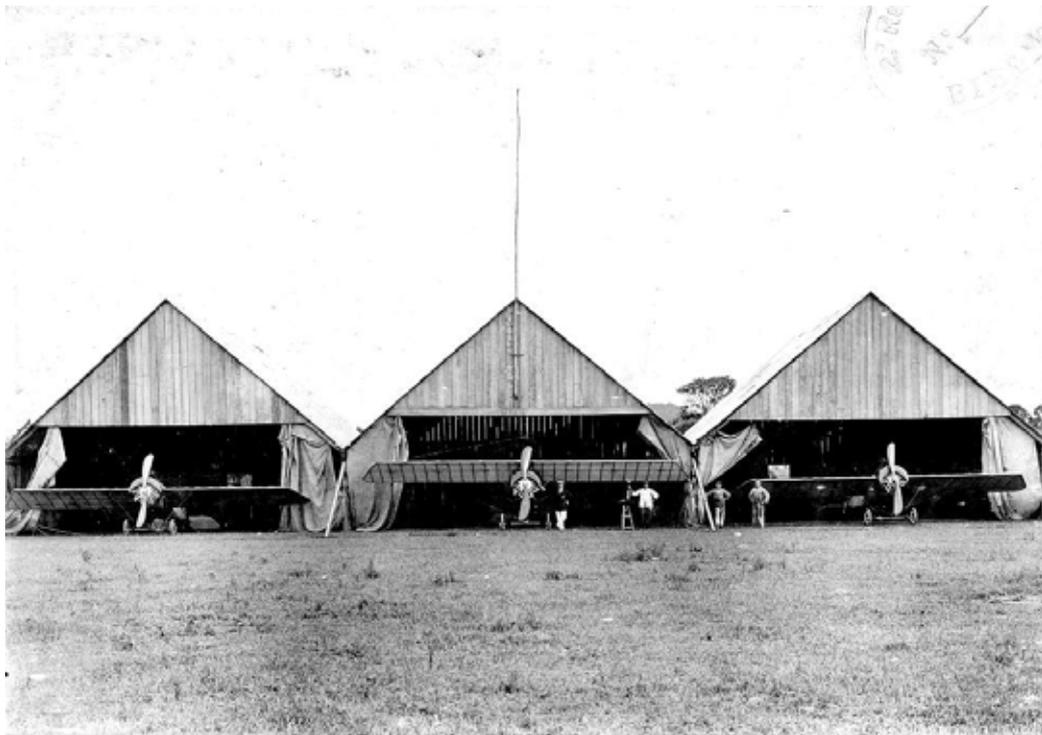


Revista passada ao 56º Batalhão de Caçadores sob o comando do Coronel Onofre Ribeiro, pelo General Setembrino de Carvalho, chefe das tropas governamentais, em Canoinhas, SC. Fonte: Setor de Iconografia do Arquivo Histórico do Exército.

Todo esse esforço tinha como meta não apenas reprimir o movimento rebelde dos sertanejos do Contestado, mas também convencer a sociedade brasileira da mudança do exército. A idéia era mostrar uma força diferente daquela imortalizada em *Os sertões* de Euclides da Cunha que povoava o imaginário da sociedade da época. Não se tratava mais de uma força mal equipada com homens despreparados, mas de um exército coeso e disciplinado pronto para receber os filhos da nação brasileira e torná-los patriotas. Uma força que conferiria orgulho ao país ao prezar pela ordem e pela lei.

Nesse sentido, a Guerra do Contestado foi muito bem utilizada como propaganda da Campanha de modernização do exército. Paralelo a tudo isso é preciso registrar ainda dois acontecimentos importantes a confluir para campanha de modernização do exército. O primeiro foi à eclosão da Primeira Guerra Mundial e o segundo a peregrinação de Olavo Bilac em prol da implementação da lei do sorteio militar.¹⁵

¹⁵ Esses aspectos foram desenvolvidos no capítulo 3 de minha tese de doutorado, já citada acima.



Seção de Aviação em União da Vitória, PR, destacando-se três aeroplanos à frente de seus respectivos hangares, destacando-se ao centro o “Para-Sol”, aparelho do Ministério da Guerra sinistrado a 25 de fevereiro de 1915. À direita e à esquerda os dois Morane-Saulier “Guarany” e “Iguassú”. Fonte: Setor de Iconografia do Arquivo Histórico do Exército.

Por fim, voltando ao argumento de abertura deste texto, mais um motivo advoga a favor de uma atenção maior a uma abordagem militar da guerra do Contestado: a construção da sua memória oficial. Nas operações militares comandadas por Fernando Setembrino de Carvalho em 1914 foram convocados ao menos dois oficiais com o firme propósito de registrar e imortalizar a história da atuação do exército neste conflito. Herculano Teixeira de Assumpção e Dermeval Peixoto. Ambos com formação erudita, com vinculações a instituições científicas como sociedade de geologia e história.¹⁶

No campo de batalha esses oficiais priorizaram a coleta de dados com vistas a produzir uma história da campanha de guerra. Fizeram levantamento minucioso sobre costumes, história e geografia da região. Entrevistaram prisioneiro e habitantes locais não engajados no conflito, recolheram objetos e pertences dos sertanejos, como armamento, roupas e relíquias sagradas. O material consultado e confiscado foi amplamente utilizado nos livros que publicaram imediatamente ao fim oficial da guerra. Dermeval Peixoto publicou em 1916 o primeiro volume dos três que comporiam a sua história da Campanha do Contestado.¹⁷ O primeiro volume do livro de Herculano d’Assumpção foi lançado

¹⁶ Para uma análise mais detalhada do papel que os oficiais ilustrados desempenharam na construção da memória da Guerra do Contestado ver o capítulo 2 de minha tese de doutorado. Neste capítulo desenvolvo o argumento que especifica a ação do que chamei de historiadores de farda.

¹⁷ De todas as obras escritas pelos oficiais do Exército esta foi a única a conhecer uma reedição financiada pelo governo

em 1917 e o segundo em 1918. Os dois volumes contabilizam um total de 1500 páginas. A julgar pelo fôlego da escrita, por matérias que esses oficiais publicaram na imprensa da época, bem como pistas deixadas ao longo dos livros e em algumas correspondências é possível aventar a hipótese de que os autores iniciaram a redação da obra no campo de guerra.

A proposta de redigir obras de peso sobre a ação dos militares no calor das ações militares desenroladas no sul do Brasil e no cenário internacional seria muito bem vinda no contexto de péssima imagem que o exército buscava se desvencilhar naquele momento, haja vista as constantes referências feitas pela imprensa a uma espécie de repetição de Canudos no Sul do Brasil. O diálogo que os autores desses livros mantiveram com *Os sertões* foi constante. Dermeval Peixoto é claramente influenciado e marcado pela obra de Euclides da Cunha, principalmente em termos estéticos e estilísticos. No caso de Herculano d'Assumpção há uma tentativa de ultrapassar *Os sertões* em termos de rebuscamento de linguagem. Nessa ânsia o autor chega a produzir uma narrativa tão rebuscada e vazia de sentido que beira ao absurdo: tece inúmeras comparações da saga dos militares com a dos deuses da antiguidade romana, fantasia na construção do cenário e constrói relatos de efeito para emocionar o leitor. De todas as estratégias a mais risível é a recorrência a um vernáculo hiper empolado que nem Euclides da Cunha e toda a sua erudição construiria, tal como aparece na citação abaixo:

Entre essa gente *nud* pede, imbecil, desairoso, incompta, já despida da sua fúria rapace, existiam jovens fanáticas, tão sem pejo como as mythicas Propetides... Era uma malta de churdos autochtones, *sine nomine vulgus*, que se mostrava retractil e desconfiada mesmo ante as mais sinceras pallitações.¹⁸

Apesar do esforço, a obra não atingiu o seu intento, ou seja, sequer se aproximou da arquitetura estético-política de *Os sertões*. Nesse sentido concordo com a pesquisadora que após confrontar os discursos de Assumpção com o de Euclides ressaltou: “as lições de antropologia de Euclides, o tenente Assumpção as leu parcialmente, mas os ensinamentos de ordem sociológica ele não alcançou”.¹⁹

Outros oficiais envolvidos na repressão ao movimento do Contestado se notabilizaram com publicações sobre o assunto, tais como J. Pinto Soares, José Vieira da Rosa, Ezequiel Antunes

do Estado do Paraná pela coleção Farol do Saber. Dermeval Peixoto. *A Campanha do Contestado*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, 3v.

18 Assumpção, Herculano Teixeira d'. *A Campanha do Contestado*. Belo Horizonte, 1917, p. 132.

19 WINHARDT, Marilene. *Mesmos crimes, outros discursos? Algumas narrativas sobre o Contestado*. Curitiba: Editora UFPR, 2002, p. 85.

de Oliveira e Antonio Alves Cerqueira, no entanto, seus livros não possuem o mesmo refinamento metodológico e narrativo dos trabalhos de Peixoto e Assumpção. Isso não impediu que esses oficiais se projetassem com as publicações sobre o assunto. Suas obras foram lidas e debatidas nas instituições científicas em que esses oficiais estavam vinculados e muito contribuíram para cristalizar a memória oficial sobre a guerra do Contestado em todos os seus aspectos, para além do militar.²⁰

Apesar de não ter se aproximado, nem tampouco despertado a atenção da intelectualidade brasileira com a mesma intensidade de *Os Sertões*, bem como o quase esquecimento dessas obras na sociedade atual - só é conhecida por um grupo seletivo de pesquisadores do assunto, e destes apenas uma parte leu efetivamente esses livros – elas possuem um papel fundamental na cristalização da memória da guerra do Contestado. Elas são narrativas “fundantes” da história deste conflito e como tal vêm marcando profundamente a interpretação de pesquisadores, seja de forma direta, seja indiretamente. Os anos vividos no campo de batalha, a própria experiência de guerra e a determinação de imortalizar o acontecimento em um livro, conferem a tais publicações um estatuto singular. Tais obras são ao mesmo tempo um relato e um testemunho do conflito. É que se os relatos mais veementes e bem documentados sobre a repressão ao conflito foram produzidos pelos oficiais ilustrados. Seria deslize do pesquisador construir um relato aprofundado do conflito sem recorrer aos seus testemunhos bem como às suas fontes.

Diante de tais argumentos defendo maior aprofundamento do estudo da história militar da guerra do Contestado e da história do Brasil de forma geral. Há muitas possibilidades de acessarmos o passado. Abrir uma porta para pensar a perspectiva militar é uma delas. Tal perspectiva pode nos revelar aspectos até então não observados bem como tornar o discurso do historiador menos fechado em si. Ela também nos obriga a refinar nossas críticas frente ao discurso oficial, desvendar suas articulações e com isso desmitificá-lo. Não se pode ser ingênuo frente à atuação dos militares na história do país, tampouco se deve ignorar o papel que desempenharam no desenvolvimento da história social e política do Brasil.

²⁰ O capítulo 2 da minha tese de doutorado buscou avaliar pormenorizadamente a narrativa e o papel de cada oficial acima nomeação na construção da memória da guerra.

AULAS PÚBLICAS MILITARES NA AMÉRICA PORTUGUESA ANTES DO PERÍODO POMBALINO¹

Maria Luiza Cardoso²

INTRODUÇÃO

Não somente religiosos, mas, também, militares se encarregaram de ministrar *instrução pública* na América portuguesa, antes do período pombalino, quando então foram inauguradas as *aulas régias*.

Isso foi o que pôde ser concluído através de pesquisa realizada por mim, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Diana Gonçalves Vidal, e que teve como objetivo analisar a educação formal³ promovida pelo exército para crianças e adolescentes pobres, durante o período colonial brasileiro.

Apesar de religiosos e militares especializados na engenharia e na artilharia, portugueses e estrangeiros, terem freqüentado a colônia americana desde o seu descobrimento e, provavelmente, terem ministrado instrução aos naturais sobre os seus ofícios, somente encontramos vestígios desse ensino a partir do ano de 1648, época em que o reino português tinha recuperado, havia pouco tempo, a sua independência do domínio espanhol e procurava reorganizar-se militarmente, como veremos a seguir.

OS NOVOS SABERES DA GUERRA

Em 1640, Portugal conseguiu se libertar do domínio espanhol, iniciado em 1580, sendo aclamado rei o então duque de Bragança, D. João, que foi coroado e sagrado com a denominação de D. João IV. Todavia, depois de recuperar a sua independência, a nação verificou que lhe faltava conhecimento acerca das novidades que foram introduzidas na arte da guerra. “D. Francisco Manuel de Melo, ele mesmo um estrangeirado em matéria militar, reconhece que os Portugueses não sabiam que a guerra se governa ‘por regras científicas’, falando da sua ‘indestreza’”. (HESPANHA, 2003, p. 17).

1 O presente trabalho é o resultado de pesquisa realizada sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Diana Gonçalves Vidal para obtenção do título de Doutor pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, realizada com o apoio da CAPES

2 Maria Luiza Cardoso possui Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2009) . Atualmente é pedagoga e professora militar da Universidade da Força Aérea Brasileira (UNIFA) e se dedica à criação do Centro de Memória do Ensino Militar nessa Universidade..

3 Educação formal é compreendida aqui como aquela que ocorre em espaços de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada e sistemática.

A introdução das armas de fogo e o seu aperfeiçoamento, bem como das novas técnicas de fortificação militar tornaram a guerra uma arte baseada em saberes especializados:

Saberes matemáticos, como a prática da raiz quadrada, para organizar as formações geométricas de piqueiros⁴; *saberes geométricos*, que permitissem calcular as trajetórias dos projecteis de artilharia, a angulatura dos baluartes⁵, o traçado de mapas militares rigorosos ou a coreografia complexa dos movimentos das tropas no campo de batalha; *saberes tecnológicos*, que permitissem controlar os processos de fundição de peças ou espingardas; *saberes químicos* exigidos pelo fabrico da pólvora; *saberes de arquitectura e de engenharia*, para a construção das fortalezas. (Grifo nosso, *idem*, p. 18).

Assim, o novo governo português sentiu a necessidade de criar “escolas” para formar oficiais técnicos ou operacionais, de nível intermediário, para assessorarem os de maior posto, bem como de cuidar do treinamento dos soldados. Enfim, “a guerra estava a ser coisa demasiado complicada para ser capitaneada por chefes apenas decorados com as qualidades ‘naturais’”⁶. (*Idem*, p. 20).

A CONSTITUIÇÃO DO EXÉRCITO E O DESPREZO PELA ARTILHARIA

O exército português era constituído de duas armas: a *cavalaria* e a *infantaria*. A nobreza do reino pertencia, principalmente, à cavalaria. Todavia, como podemos perceber, os conhecimentos militares que mais se desenvolviam, nessa época, eram os ligados à *artilharia* e à *engenharia*, que ainda não constituíam armas independentes, mas faziam parte da infantaria.

Mais tarde, a *artilharia* conseguiu se libertar da infantaria, mas a *engenharia* continuou atrelada à artilharia até o final do século XVIII e início do XIX. Inclusive, os artilheiros eram considerados, também, engenheiros militares, e recebiam formação acadêmica nessa área.

Mas o que nos interessa é chamar a atenção para o fato de que, nos séculos XVII e XVIII, apesar das inovações e da importância militar que a área adquiria, a profissão de artilheiro-engenheiro era desprezada pelas elites portuguesas, uma vez que era considerada uma atividade “mecânica” e, por isso, passaram a ser recrutados para a área indivíduos que pertenciam às classes mais desfavorecidas da sociedade. A preferência era pelas classes mesterais dos concelhos.

Segundo Brunet (1842), *apud* CORDEIRO, 1895, p. 23, no século XIV, “O pessoal destinado ao serviço [da artilharia] era recrutado ou assalariado por toda a parte sem regra, instruído ao acaso e

4 Soldados armados com lanças longas (piques) de 24 palmos. (SELVAGEM, 1931, p. 326).

5 Fortalezas.

6 Até então, acreditava-se que bastava ser nobre para se tornar um chefe militar.

trabalhando sobre si”.

Também, há que se considerar que a artilharia, até meados da época moderna, foi considerada, no imaginário popular, uma arte “demoníaca”, uma vez que

as armas de fogo prescindiam da nobre luta aberta de homem a homem, matando insidiosamente, sem contacto físico entre os dois contendores, sem a medição das suas forças naturais mútuas. Estavam ocultos, fora do alcance da mão, agiam por forças estranhas e ignotas. A sua eficácia quase que decorria da mágica ou das artes do diabo. Por outro lado, o fogo, o trovão, o carácter voador dos projecteis (evocado em nomes como «falconete», «basilisco», v.g.) e o aspecto serpiforme dos canhões («colubrina», «serpe», «serpentina») evocavam atributos diabólicos. (HESPANHA, 2003, pp. 15-16).

O ENSINO DA ARTILHARIA-ENGENHARIA

Militares estrangeiros foram contratados pelo governo português para exercerem comandos militares que exigiam conhecimento especializado, bem como para ensinarem aos portugueses do reino e do ultramar os seus ofícios.

Assim, em 4 de março de 1645, foi realizado um contrato com o holandês Miguel Timermans, artilheiro⁷ (engenheiro de fogo e petardeiro⁸), de três anos de duração, em que o mesmo se obrigava:

a fazer granadas grandes e pequenas, e também de mão, seus artificios, ballas ardentes, barris de salto, lanças de fogo, etc., devendo ter um conductor ou criado. O vencimento seria de 150 florins cada mez na rasão de 2 ½ florins por cada 400 réis, além de 100 florins de ajuda de custo e da despeza de volta á custa do governo. (CORDEIRO, 1895, p. 175).

Em 19 de agosto de 1648, o contrato com Timermans foi renovado, por dois anos, nos seguintes termos:

1º. Que quer patente de superintendente de todos os engenheiros de fogo do reino. 2º. *Que ensinará aos condestaveis⁹ que tem por costume carregar um meio canhão de 24 com 16 arrateis de polvora, que carreguem com 12, e toda a mais artilheria a este respeito, e que faça o mesmo effeito que fazia com os 16 arrateis.* 3º. *Que se obriga a ensinar 24 homens portuguezes a serem engenheiros de fogo e petardeiros, e entre outras cousas o tirar da conta do quadrante para saber atirar com elle onde fôr necessario, e com certeza tanto com os barris de granadas, como com as bombas; e que saiba carregar petardos de fôrma que façam effeito*

⁷ A artilharia é a ciência que ensina as regras para a utilização do material de artilharia (peças, canhões e mais bocas de fogo para atirar *projectis* a grande distância). A *artilheria pirobalistica* se ocupa do cálculo do alcance das armas de fogo. Os artilheiros foram denominados, inicialmente, em Portugal, de *bombardeiros*.

⁸ Aquele que faz ou emprega petardos (engenho explosivo portátil.).

⁹ Antigo posto da artilharia.

contra o inimigo, indo para tudo isto assistir em Elvas ou onde S. Mde. designar. (Grifo nosso. *Apud* CORDEIRO, 1895, p. 175).

AS AULAS COM TIMERMANS NO REINO

Por carta régia de 31 de dezembro de 1649, D. João IV mandou que fossem escolhidos quinze indivíduos “para aprenderem com Timmermand a fazer fogo de artifício”. (*Idem*, pp. 175-176). Como incentivo, dava a cada um dos alunos, “que já tivesse praça, mais 20 réis e ao que a não tivesse 50 réis, promettendo-se-lhes que de futuro os postos de condestaveis, gentis homens e quaesquer outros, que lhes podessem tocar na repartição da artilheria ser-lhes-iam dados de preferencia, [...]” (*Ibidem*).

AS AULAS COM TIMERMANS NA COLÔNIA AMERICANA

Entre 1648 e 1650, Miguel Timermans foi enviado à América portuguesa, “encarregado de formar discípulos aptos para os trabalhos de *fortificações*”. (Grifo nosso, CORREIA, 1999, p. 68). Como podemos observar, nessa época não se distinguia a *artilheria* da *engenharia*.

Aliás, até o século XVIII, em Portugal, não havia diferença entre artilheiros e engenheiros. O que importava era que o militar fosse capaz de envolver-se nas atividades de ataque e defesa de territórios. Tais atividades pressupunham que o combatente tivesse *conhecimentos matemáticos*, tanto para calcular os tiros, como para construir fortificações, por exemplo. Assim, ao artilheiro não cabia somente cuidar das “bocas-de-fogo” para atingir o inimigo, mas, também, construir prédios, muros e barreiras para defesa de uma tropa ou cidade.

No que se refere aos conhecimentos que os bombardeiros tinham que adquirir para exercerem as suas funções, citamos uma parte de um tratado manuscrito, elaborado em 1450, por Mr. Favé, apud Cordeiro (1895), que diz o seguinte:

devia *saber lêr e escrever* para conservar as receitas e mais lembranças do que respeita á sua arte; saber preparar os componentes, e fazer os fogos de artifício; fazer a polvora, e mesmo arear o salitre, fabricar o carvão e mais componentes da polvora; *saber construir fortificações*, para resistir aos insultos e assaltos do inimigo; conhecer os pesos e medidas etc. (grifo nosso, p. 49).

Com relação à instrução que deveria ser ministrada aos americanos por Timermans, uma carta do rei ao General de Artilheria André de Albuquerque, datada de 5 de setembro de 1649, diz o seguinte:

E porque eu desejo saber se Timermans, em cumprimento do seu contracto ensina alguns naturaes a sua arte, os discipulos que teve, e o fruto que d'esta doutrina tem resultado, vos encommendo me aviseis e procureis que haja particular cuidado em que os naturaes aprendam e se façam praticas nesta arte para que não estejamos sempre dependendo de estrangeiros com as quaes se fazem tam grandes despesas como vos é presente, e apontaes na vossa carta. (SEPULVEDA, 1910, p. 97).

Como podemos ver, o rei tinha interesse em que os americanos aprendessem a “arte de fortificar”, a fim de evitar a contratação de engenheiros estrangeiros, uma vez que tal prática era muito onerosa.

A CRIAÇÃO DE “AULAS” DE FORTIFICAÇÃO NAS COLÔNIAS

Em 1699 e em 1705 foram expedidas cartas régias para os domínios ultramarinos determinando que, “havendo um engenheiro naquelle reino, criasse uma aula onde fosse ensinada a fortificação, havendo nella tres discipulos de partido¹⁰”. (Carta régia de 15 de janeiro de 1699, ao governador de Angola, *apud* SEPULVEDA, 1910, p. 87).

Também, na Índia (em Goa) foi dada essa recomendação. Todavia, nesse território a ordem não pôde ser cumprida “pela incompetencia do engenheiro que então lá estava, João Pires Rebouça”. (*Ibidem*).

O soberano enviou cartas régias, em 15 de janeiro de 1699, *tratando do mesmo assunto*, não só para os governadores de Angola e Goa, mas, também, para “cada um dos Governadores dos Estados ou Capitánias, em que havia um engenheiro, determinando o estabelecimento de uma aula em que pudesse ensinar a fortificar, formando novos engenheiros, o que evitaria demoras e despesas na substituição dos que morriam”. (CURADO, 1999, p. 2). Inclusive para os governadores da Bahia, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, e do Maranhão, como veremos adiante. Acredita-se que a idéia de D. Pedro II era criar um sistema de ensino.

Em 15 de outubro de 1705, D. Pedro II ordenou que “em tôdas as Colônias em que houver capitão-engenheiro ou sargento-mor, seja êste *obrigado a ensinar às pessoas que quizerem aprender a engenheiros*”. (Grifo nosso. PEREGRINO, 1967, p. 5).

Afinal, os “engenheiros-artilheiros” eram imprescindíveis nas colônias portuguesas, uma

¹⁰ Os discipulos “de partido” recebiam vencimentos (uma bolsa de estudo, nos dias de hoje). Isso não significa que *somente* esses discipulos frequentassem as aulas. Muitos outros assistiam à instrução, mas sem receberem remuneração, como veremos adiante.

vez que das suas atividades dependia a defesa e a expansão dos territórios.

O PRIMEIRO TRATADO DE FORTIFICAÇÃO E ARTILHARIA ESCRITO NA AMÉRICA PORTUGUESA¹¹

Numa época em que eram raras as aulas e os livros de matemática, tanto em Portugal como, principalmente, na sua colônia americana, e a língua empregada era o latim, foi escrito um livro na América portuguesa do século XVII, contendo ensinamentos de aritmética, de geometria, de fortificação e de artilharia, *em português, para estudo domiciliar*.

A finalidade do livro seria a de instruir o exército da América portuguesa, principalmente, “os filhos do Brazil”, na arte militar, em especial, na disciplina, na fortificação, na fundição de equipamentos de artilharia, e no emprego dos mesmos nas batalhas.

O livro foi escrito para ser estudado em casa, *sem mestre*, e, no caso de uma guerra, o leitor teria a oportunidade de “aperfeiçoarse na pratica”: “aqui não tratamos mais, que de hum breve exercicio, pera os principiantes, com o qual feito, em casa podem sair a guerra, onde podem aperfeiçoarse na pratica”. Também,

he somente hum exercicio nobre (ou cartilha de principios) pera o exercitante começar aprender em caza em quanto moço, pera que quando sair á guerra facilmente conceba, o aperceba a industria das mâchinas e as varias formas dos esquadroes, e o como se batalha com elles.

O tratado se baseia nas lições que o autor “ouviu” de D. Teodósio¹², Duque de Bragança, e do seu engenheiro matemático, Pedro Vaz Pereira¹³.

Como sabemos, em 1645 foi criado o colégio jesuítico de Elvas, em Portugal, e, no ano de 1651, o príncipe D. Teodósio freqüentou esse colégio, e desejou que a matemática fosse ali ensinada.

Por estar Elvas situada em local fronteiro com a Espanha, a matemática era estudada, *naquele colégio*, nas suas aplicações à estratégia militar, e freqüentavam-na os soldados e os oficiais daquela guarnição. Assim, provavelmente, o autor do livro objeto do presente trabalho estudou nesse colégio, e o período em que o livro, provavelmente, teria sido escrito ficaria reduzido aos anos de 1652 até 1656.

¹¹ Trabalho apresentado por mim no Simpósio Internacional “Livro Didático: Educação e História”, realizado no período de 5 a 8 de Novembro de 2007.

¹² Filho de D. João IV.

¹³ Pedro Vaz Pereira era arquiteto de D. João IV desde 1641.

O autor não pretende, através dos seus tratados, mostrar-se arrogante com a soberania do magistério militar, mas apenas oferecer uma cartilha para o exercitante começar a aprender em casa, enquanto moço, para que, quando saísse à guerra, estivesse preparado para a batalha.

Os tratados foram escritos com o desejo de aproveitar o valor português, e, principalmente, o dos “filhos do Brasil”, admirados no mundo por seu valor demonstrado nas guerras contra o domínio holandês.

E, se por aqui passassem os livros sobre a arte militar, poderiam os “filhos do Brasil” formar idéia dos elogios que lhe são feitos. Porém, devido à distância de Portugal e à continuação das guerras [principalmente, com os holandeses], estariam suspensas as letras, de modo que, por aqui não passariam os livros, nem se aprenderia a arte militar.

Nesse sentido, pareceu digno ao autor empregar o seu tempo escrevendo seus tratados, principalmente, na nossa língua materna, o português, para que, agindo corretamente, os “filhos do Brasil” chegassem à perfeição militar, uma vez que já eram valentes.

E os que no reino conheciam a ciência e os livros poderiam reconhecer a importância da elaboração desses tratados para o bem do império lusitano.

Finalmente, o autor menciona as partes do seu tratado, fazendo um breve resumo delas, e encerra a sua mensagem com uma frase de Platão: “Que o homem não nasça somente para si, mas, também, para a utilidade da sua pátria, e proveito dos seus amigos”.

Depois, ele apresenta a origem latina do termo “bombarda”, que é sinônimo de artilharia, porém, utilizado na França. Afirma que a primeira peça de artilharia [da Europa] teria sido fundada na Alemanha, e, muitos anos antes, na China. Ao narrar a história da artilharia na Europa, o autor faz referência a vários autores.

O autor parecia ter conhecimento de regras para ensinar, uma vez que parte de explicações simples para complexas. Tinha a preocupação de exemplificar o que explicava. Demonstrava, através de cálculos, os resultados a que chegava. Empregava desenhos e tabelas para facilitar o entendimento do leitor. Oferecia exercícios voltados para a prática do dia-a-dia ou da guerra, acompanhados de suas respectivas respostas, devidamente justificadas. Teria sido um professor militar? Parece que sim, uma vez que diz na sua mensagem ao leitor que “por este estilo, não pretendo arrogante levantarme, com a soberania do magistério militar”. Parece ser uma pessoa culta, uma vez que se expressa bem, demonstra ter conhecimento dos assuntos que se dispõe a ensinar, e faz referência a vários autores.

Quanto ao perfil do leitor para o qual ele escreve o tratado, arriscamo-nos a dizer que ele deveria ser um soldado jovem (“pera o exercitante começar aprender [...] em quanto moço”) que desejasse tornar-se um perfeito capitão (“exercicios do soldado perfeito, pera vir na guerra, a ser perfeito capitão”). Também, considerando os exemplos que o autor usa no seu tratado, parece ser o português ou o homem branco que vive ou trabalha na Colônia.

AULAS DE FORTIFICAÇÃO E ARTILHARIA NA BAHIA

Em 1696, foi criada, em São Salvador, “uma escola de artilharia e arquitetura militar, cujos elementos foram acrescidos no início do século XVIII. (MAGALHÃES, 2001, p. 147).

Seu primeiro lente foi José Paes Estevens, como se pode comprovar através do seguinte documento:

Dom Pedro etc. faço saber aos que esta minha carta patente virem que tendo respeito a Joseph Paes Estevens me estar servindo na praça da Bahia de capitão engenheiro e nelle proceder com zello e asistencia as fortificaçõens e mais obras de que foi encarregado e *actualmente estar lendo e ensinando a sua profiçãõ na Aula que se instituhio da fortificação naquela cidade*, e a boa informação que houve do seu procedimento e por esperar delle que da mesma maneira se houvera daquy em diante em tudo o de que for encarregado de meu serviço, conforme a confiança que faço de sua pesoa; Hey por bem e me praz de o nomear, como por esta nomeyo, por sargento mor para que com este posto e exercicio de engenheiro na praça da Bahia vença vinte e seis mil reis de soldo por mez *com declaração que será obrigado a ensinar a sua profiçãõ na aula, como prezentemente está fazendo*, e gosará de todas as honras, etc. Dada na cidade de Lisboa, aos quatro dias do mez de dezembro – [...] – a fez Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1696. [...]. Rey. (Grifo nosso. Archivo do Conselho Ultramarino, livro 9 de Officios, folio 280, *Apud* VITERBO, 1894, pp. 598-601).

Segundo Curado (1999), essa Aula teria começado por iniciativa do Governador-Geral que teria solicitado ao então Capitão Engenheiro José Paes Estevens para ir “todos os dias à tarde à casa que tenho destinado junto ao corpo da guarda [...] *a ensinar aos officiais e soldados e mais pessoas que quizerem aprender* e dar lição de castrametação¹⁴ [...] e da fortificação [...]”. (Grifo nosso, p. 4).

Mais tarde, em 15 de janeiro de 1699, como vimos, o soberano enviou nova carta régia à Baía sobre a *Aula de Fortificação*: “[...] que nessa praça em que há engenheiro haja Aula em que ele possa ensinar a fortificação havendo nela três discípulos de partido [...]”. *E quando haja pessoas que*

14 Arte de assentar acampamentos.

voluntariamente queiram aprender sem partido, serão admitidas e ensinadas [...]. (Grifo nosso. OTT, 1959, p. 156, *apud* CURADO, 1997, p. 488).

Em janeiro de 1700, António Rodrigues Ribeiro foi nomeado “sargento-mór de engenheiros da Bahia, com a clausula de *ensinar as materias da sua profissão*”. (Grifo nosso. VITERBO, 1904, p. 406-407). Todavia, parece que não era bom engenheiro, como podemos observar no seguinte documento: “Na praça da Bahia, [...], se acha somente por engenheiro o sargento-mór Antonio Rodrigues Ribeiro, de quem os governadores nunca tiverão grande openião da sua sciencia [...]” (Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de junho de 1709, *Ibidem*). Assim, no mesmo ano, foi nomeado para o cargo o capitão Pedro Gomes Chaves.

Em 11 de junho de 1709 era elle capitão e o Conselho Ultramarino propunha-o, em primeiro lugar, para engenheiro da praça da Bahia, nos seguintes honrosos termos: “Pareceo ao Concelho votar em primeiro lugar para o posto de engenheiro da dita praça em Pedro Gomes Chaves, que sobre concorrer na sua pessoa haver servido de soldado por espaço de sinco annos, embarcandose em alg~uas armadas, se mostra acharse nas provincias do Alemtejo, Beira e Tras os Montes na mayor parte das ocaziões da guerra presente, ocupando o posto de capitão engenheiro com grande aseitação dos generaes e de ter boa noticia da sua capacidade e prestimo, com declaração que se lhe deve passar patente de sargento-mor com trinta mil reis de soldo por mez, pois aos que saiem da Aulla, que vão para as conquistas, se lhe dão vinte e cinco mil reis por mez, sem terem a experiencia e graduação do supplicante, e nesta differença se fazer merecedor de alg~ua vantagem mais, impondoselhe a clausulla de que não só será obrigado a ensinar na aula publica aos que quizerem aprender, mas que irá a toda a parte onde fôr necessario”. (Vid. Dic. dos Arch., t. I, pag. 210). (SEPULVEDA, 1919, V. 7, p. 197-198).

Ainda em 1709, o rei D. João V “foi servido mandar para esta praça (da Baía) um capitão *engenheiro de fogo* e um ajudante e materiais para que se ensinasse algumas pessoas e com efeito tendo alguns dias feito exercício de os *ensinar a bombear e fazer alguns artificios de fogo*”. (Grifo nosso. Carta do tenente-general da artilharia do Brasil, Francisco Lopes Villas Boas, de 18 Junho de 1709, *apud* CURADO, 1997, p. 491). A finalidade dessa aula era *ministrar instrução prática às guarnições das fortificações*. Seria esse capitão o engenheiro Pedro Gomes Chaves?

Em 1710, na cidade de São Salvador, foi criada a *Aula de Fortificação e Artilharia* da Bahia. Segundo Pondé (1962), o discipulos saíam dessa Aula “para se empregarem na tropa e nos tribunais”. (pp. 9-10).

A duração desse curso foi variando com o tempo: “Em 1713, o Conselho Ultramarino

considerava que chegavam a três anos, mas, logo em 1725, foi promovido a engenheiro um discípulo com seis anos de aula”. (CURADO, 1999, p. 18).

O LENTE GASPAR DE ABREU E SUA ORIGEM HUMILDE

Em 1711, o capitão Gaspar de Abreu foi enviado à Bahia para ocupar o cargo de engenheiro dessa capitania. Como era pobre e não tinha dinheiro para realizar a viagem, foi-lhe concedida uma ajuda de custo, como podemos verificar no documento abaixo:

Eu El Rei faço saber aos que esta minha Provisão virem que tendo respeito a haver provido Gaspar de Abreu no posto de capitão engenheiro da praça da Bahia, e a me representar ser um *soldado pobre*, e ter feito alguns empenhos para se preparar para a viagem; e tendo concideração ao que allega: Hei por bem fazerlhe merce de que possa vencer por ajuda de custo o soldo que tiver com o dito posto do dia que se embarcar desta corte: Pello que etc. Lixboa, 3 de julho de 1711. (Biblioteca Nacional de Lisboa. Conselho Ultramarino, livro 4 de Provisões, fl. 451). (Grifo nosso. *Apud* VITERBO, 1899, p. 1-2).

Esse engenheiro começou a sua carreira militar como soldado, sendo promovido posteriormente a “cabo de esquadra, ajudante supra e do numero, e capitão engenheiro da praça de Abrantes; [...]”. (Fl. 163 do livro 12 - *Officios* - do Conselho Ultramarino, *apud* VITERBO, 1899, V. 1, p. 2).

Em 1716, ele regia a cadeira de Fortificação dessa *Aula de Fortificação e Artilharia da Bahia*, quando foi promovido a sargento-mor, como podemos observar:

Dom João etc Faço saber aos que esta minha carta patente virem que tendo respeito ao capitão engenheyro Gaspar de Abreu estar exercitando o dito posto na praça da Bahia com bom procedimento, *ensinando na aulla a fortificação melitar, Hey por bem fazerlhe merce de o acrecentar ao posto de sargento mor com declaração que será obrigado a continuar no exercissio e ocupação da lição de aulla*, e que com o dito acrecentamento de posto não haverá mais soldo que o de vinte e sinco mil reis cada mez [...]. dada na cidade de Lisboa aos 19 dias do mez de dezembro – [...] – anno do n. de N. S. J. C. de 1716 – [...]. (Biblioteca Nacional de Lisboa. Conselho ultramarino, livro 13 de Officios, fl. 159v.). (Grifo nosso. *Apud* VITERBO, 1899, p. 1-2).

Todavia, permaneceu pouco tempo no cargo, pois, em 1718, veio a falecer, sendo substituído pelo engenheiro Gonçalo da Cunha Lima. (*Ibidem*).

O LENTE NICOLAU DE ABREU CARVALHO

Em 1723, foi enviado para a Bahia o recém-promovido capitão de infantaria com exercício de engenheiro Nicolau de Abreu Carvalho. Esse militar tinha recomendações de Manuel de Azevedo Fortes¹⁵, que o “ *julgava apto não só para os trabalhos práticos de fortificação, mas para leccionar a arte militar*”. (VITERBO, 1895, n. 4, pp. 119-123). Eis a carta que o nomeia:

Dom João etc faço saber aos que esta minha carta patente virem que tendo consideração ao que me representou o V. Rey do estado do Brasil Vasco Fernando Cesar de Menezes, sobre a falta que ha de engenheiros na praça da Bahia e ser conveniente acodir com o remedio prompto ao prejuizo que pode resultar a meu serviço, por ser digno de toda a atenção e atendendo a boa informação que o engenheiro mor Manoel de Azevedo Fortes me deu da capacidade, prestimo, sciencia e mais partes que concorrem na pessoa de Nicullao de Abreu Carvalho, porque alem do emprego das fortificaçoens poderá pôr academia, em que emsine a arte militar, por ser muito capas para este menisterio, e por esperar delle que em tudo o de que for encarregado do meu serviço se houvera com satisfação, Hey por bem fazerlhe merce do posto de capitão de infanteria com exercicio de engenheiro da praça da Bahia, com o qual haverá o soldo de vinte e sinco mil reis por mes e gosará etc. Dada na cidade de Lisboa occidental aos vinte e oito dias do mes de abril, Macedo Ribeiro a fez ano do N. De N. S. J. De 1723. O Secretario André Lopes de Laure a fez escrever. ElRey. (Archivo do Conselho Ultramarino, liv 16 de Officios e Mercês, folio 163 verso). (*Ibidem*).

Depois de vinte e três anos de carreira e por estar exercendo a função de professor de fortificação militar, foi promovido a sargento-mor, em 1732, com a obrigação de continuar a exercer as suas atividades docentes.

Dom João etc faço saber aos que esta minha carta patente virem que tendo respeito a Nicullao de Abreu de Carvalho, capitão de infanteria com o exercicio de engenheiro da cidade da Bahia, *me servir ha mais de 23 annos com grande zello, emsignando na aulla da mesma cidade fortificação militar* e procedendo em todas as ocazioens do meu serviço com boa satisfação e por esperar delle que com a mesma se haverá daqui em diante em tudo o de que for encarregado, conforme a confiança que faço da sua pessoa; Hey por bem fazerlhe merce de o acrescentar ao posto de sargento mor engenheiro, com declaração que *será obrigado a continuar no exercicio e ocupação de lição da aulla*, com o qual acrescentamento de posto não houvera mais soldo que o de vinte e seis mil reis cada mez, que vence como de capitão engenheiro e logrará as honras etc. Dada na cidade de Lisboa occidental aos 15 dias do mes de

15 Foi nomeado Engenheiro-Mór do Reino em 1719, no lugar de Luiz Serrão Pimentel. Conseguiu convencer o rei a aumentar o número de *Academias de Fortificação e Artilharia* do reino, “para permitir o aumento de oficiais engenheiros, que ele considerava os de ‘maior préstimo e utilidade’”. (Diretor da Arma de Engenharia, 1947, p. 9). Azevedo Fortes escreveu vários livros, dentre eles, o “Tratado do Modo Fácil e o mais Rápido de Fazer as Cartas das Praças, Cidades, Edifícios, etc.” (1722), o “Engenheiro Português” (1728), e o “Tratado de Lógica Racional, Geometria e Analítica” (1744).

Julho An. do N. de N. S. J. Ch. de 1732. ElRei.” (Arquivo do Conselho Ultramarino, liv. 20 de Officios, fol. 133). (*Ibidem*).

O EX-ALUNO (E LENTE?) JOÃO TEIXEIRA DE ARAUJO

Em 16 de novembro de 1725, João Teixeira de Araujo, ex-soldado, foi confirmado no posto de capitão engenheiro da praça da Bahia, que estava vago pelo falecimento de Gonçalo da Cunha Lima, que tinha vindo para a América, em 1718, com a função de substituir o capitão Gaspar de Abreu, engenheiro e *lente* da cadeira de Fortificação da *Aula de Fortificação e Artilharia da Bahia*.

A carta que o nomeia para tal posto diz que ele “fôra alumno de partido, por seis annos, da aula militar d’aquella praça, [e] que tinha conhecimentos especiaes de architectura militar, [...]”. (Arquivo do Conselho Ultramarino, livro 17 de Officios, folio 129, *apud* VITERBO, 1894, n. 14, pp. 435-436). Eis o teor da carta:

Dom João etc. faço saber aos que esta minha carta patente de confirmação virem que tendo respeito a Joam Teixeira de Araujo estar provido por Vasco Fernandes Cezar de Menezes V. Rey e capitão general de mar e terra do estado do Brazil no posto de capitão engenheiro da praça da Bahia que vagou por falecimento de Gonçalo da Cunha Lima por concorrerem no dito João Teixeira de Araujo todas as circunstancias e partes necessarias para aquelle emprego *por ser desipolo do partido da aulla de fortificação daquella praça e a boa imformação que da sua capacidade e inteligencia deu o mestre de Campo engenheiro Miguel Pereira da Costa, e a me ter servido aly de soldado pago na companhia de que he capitã Francisco Felix Botelho de Brito do terço de que he mestre de campo João dos Santos ha quatro annos 11 mezes e 14 dias havendo no discurso do refferido tempo com boa satisfação em tudo o de que foi emcarregado do meu serviço, principalmente na ocazião em que acompanhou no ano de 1720 ao dito mestre de campo engenheiro quando [...], fazendo o tal risco com toda a perfeição, aseyo e serteza pella boa inteligencia que tem da arquitetura mellitar, assistir por tempo de seis annos que tantos tinha de desipolo do partido da aulla naquela praça em cuja fortificação se trabalha em varias partes ocupandose nella em muitas diligencias [...]* Hey por bem fazerlhe merce de o confirmar (como por esta confirmo) no refferido posto de capitão engenheiro da praça da Bahia com o soldo [...]. Dada na cidade de Lisboa occidental aos 16 dias do mes de novembro. Dionizio Cardozo Pereira a fez Anno do nascimento de Nosso Sor. Jezus Christo de 1725. O secretario André Lopes de Lavre a fez escrever. ElRey. (Grifo nosso. Bibliotheca Nacional de Lisboa. Arquivo do Conselho Ultramarino, liv. 17 de Officios, fol. 129, *apud* VITERBO, 1922, p. 87-88).

O EX-ALUNO E LENTE ANTONIO DE BRITO GRAMACHO

Em 1731, o ajudante engenheiro Antonio de Brito Gramacho foi promovido a capitão de infantaria com o exercício de engenheiro da capitania da Bahia, devido ao falecimento de João Teixeira. Gramacho serviu na capitania como soldado, cabo de esquadra, condestável-mor, gentil-homem da artilharia e ajudante engenheiro, bem como foi aluno da *Aula de Fortificação*. Observando o documento abaixo, temos a impressão de que ele era americano. Segundo Viterbo (1899), Gramacho trabalhou naquela capitania prestando serviços “tanto de caracter militar como puramente scientifico, *regendo uma cadeira na aula de fortificação*”. (pp. 465-466).

Dom João etc faço saber aos que esta minha carta patente virem que tendo respeito a Antonio de Brito Gramacho me haver servido na praça da Bahia por espaço de onze annos 1 mez e 28 dias interpoladamente, desde 7 de novembro de 1711 até 26 de setembro de 1723, em praça de soldado, cabo de esquadra, condestavel mor, gentilhomem da artilharia e ajudante engenheiro por patente confirmada por mim, e no discurso do refferido tempo se haver com boa satisfação nas suas obrigaçoens, principalmente na ocazião em que por ordem do V. Rey daquelle estado se preparou a nau N. Senhora da Palma e S. Pedro para sahir a correr a costa por noticia que havia de hum pirata que a infestava, e asestir ao trabalho de montar a artilharia nas carretas della, e hir em companhia do thenente general da mesma artilharia Francisco Lopes Villas Boas as naus mercantes e mais embarçaçoens que se achavão naquelle porto a prender gente maritima para a preparação da mesma nau, obedessendo aos seus officiaes mayores, assistindo as faxinas que se fizerão nas explanadas do forte de Sam Pedro e mais partes circumvezinhas, tendo a seu cargo a arrecadação das ferramentas, destrebuição dellas aos trabalhadores, e fazendo que com cuidado findasse aquella delligencia, dando boa conta della e das mais que lhe forão emcarregadas do meu serviço, tendo assistido alguns annos na aula da fortificação daquelle praça, em que se ditou esta materia, defensão de praças, geometria espiculativa e oppugnação das praças, em cuja lição assistio com bom procedimento, applicandose com muyto cuydado, e boa intelligencia nestas materias e estudo de mathematica, e por esperar delle que em tudo o mais de que for emcarregado do meu serviço se haverá com satisfação conforme a confiança que faço da sua pessoa: Hey por bem fazerlhe merce de o nomear (como por esta nomeyo) no posto de capitão de infantaria com o exercicio de engenheiro da praça da Bahia, que vagou por falecimento de João Teixeira, com o qual haverá o soldo de vinte e seis mil reis por mes e gosará de todas as honras etc. Dada na cidade de Lisboa occidental aos 3 dias do mes de agosto, Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1731. El Rey.” (Archivo do Conselho Ultramarino, liv. 19 de Officios, fol. 347, *ibidem*).

A AULA DE FORTIFICAÇÃO DO MARANHÃO

Entre 1685 e 1691 (não sabemos quando), o capitão engenheiro Pedro de Azevedo Carneiro

ministrava uma aula de fortificações para *soldados*, “que deviam especializar-se na tarefa de preservar os estabelecimentos já existentes ou edificar novos, de acordo com uma técnica melhor e mais liberta do primitivismo e da rusticidade que caracterizava os fortins actuais.” (REIS, p. 47, *apud* CURADO, 1997, p. 526). Todavia, ele foi substituído pelo capitão engenheiro Custodio Pereira no ano de 1691. (VITERBO, 1904, v. 2, pp. 243-244).

Uma vez que existia engenheiro no Maranhão, através da carta régia de 15 de janeiro de 1699 foi criada a *Aula de Fortificação* daquela capitania. Entretanto, como mencionado anteriormente, já funcionava na capitania “uma aula de fortificações, de natureza prática, visando a conservação dos estabelecimentos já construídos e a melhoria da técnica de construção de novos”. (CURADO, 1997, p. 524).

Somente em 1705, com a promoção de Custodio Pereira a sargento-mor do estado do Maranhão é que foi lecionada, também, a parte teórica da *Aula de Fortificar*, uma vez que o referido militar recebeu a incumbência de “*ensinar as pessoas que quiserem aprender a engenheiros* sem por isso levar salário algum por ser em utilidade daquele estado [...]”. (Carta Patente de 19 de outubro de 1705, *apud* VITERBO, 1904, v. 2, pp. 244-245).

Aulas de Fortificação e Artilharia no Rio de Janeiro

A CHEGADA DE GREGORIO GOMES

Em 1694, o capitão engenheiro Gregorio Gomes foi designado para a capitania do Rio de Janeiro. (VITERBO, 1894, pp. 145-146). De acordo com uma carta que comunicava a sua vinda, o soberano afirmava: “Para os reparos da fortificação e mais o que fôr necessário vai muito bom Engenheiro nesta frota e também que nos fará falta mas que para partes tão distantes vão sempre os Engenheiros mais capazes porque se errarem não tem quem os emenda.” (*Apud* PIRASSINUNGA, 1958, p. 7-8).

AS AULAS SOBRE O “USO E MANEJO DA ARTILHARIA”

No ano de 1695, morreu o capitão de artilharia da capitania, José Sepriani. Gregorio Gomes, então, “assumiu também as funções deste, dispensando o Governador a nomeação de outro capitão, pois o engenheiro fazia exercício aos artilheiros ‘com prática e especulação’, isto é, *incluía já o*

ensino teórico da Artilharia”. (Grifo nosso. CURADO, 1999, p. 1).

Todavia, em 1697, ele foi “Denunciado ao Governador, [...], ‘por culpas que lhes resultaram de erros do seu ofício’, [...]”. (PIRASSINUNGA, 1958, p. 8). Apesar de ter sido preso “e recolhido à Cadeia da Cidade, a fim de ser julgado [...]” (*Ibidem*), o capitão continuou “a superintender as obras principiadas, indo às mesmas com escolta e sob muita cautela, voltando em seguida, à prisão”. (*Ibidem*). Também, lhe foi ordenado “em fins de 1698, continuar o ensino da artilharia, [...]”. (CURADO, 1999, pp. 1-2). Segundo Peregrino (1967), “As aulas funcionaram na cadeia da cidade, onde se encontrava prêso o Engenheiro Gregório Gomes, [...]”. (p. 4).

No ano de 1698, o sargento-mor engenheiro José Velho de Azevedo, que estava no Pará, foi designado para ocupar o cargo de Gregorio Gomes, “com a obrigação de ensinar aos artilheiros”. (VITERBO, 1894, pp. 697-699).

Em 1698 foi nomeado sargento-mór ad honorem, da capitania do Rio de Janeiro, José Velho de Azevedo, e na respectiva carta se diz que elle fôra escolhido para pôr em sua ultima perfeição as obras das fortalezas, a que se tinha dado principio por Gregorio Gomes Henriques, que occupava aquelle posto haver nelle commettido taes erros, que mereceu ser preso. [...]. (*Idem*, pp. 145-146).

Pelo visto, José Velho de Azevedo não assumiu essa função, pois quando Gregorio Gomes foi enviado para a Colônia do Sacramento, a fim de cumprir o seu degredo, no ano de 1701, assumiu a Aula o mestre-de-campo Francisco de Castro Moraes que “[...] foi Governador do Rio; [...]”. (MASCARENHAS, 1997, p. 50). Também Pirassinunga (1958) afirma que “No ensino aos Condestáveis e Artilheiros substitue a Gregório Gomes o Mestre de Campo do Terço de Rio de Janeiro, Francisco de Castro Moraes” (p. 12).

Mais tarde, em 1705, “desembarcam no Rio de Janeiro os sargentos Antônio João e João Ribeiro, para exercitarem os granadeiros; [...]”. (PONDÉ, 1972, p. 6).

A AULA DE FORTIFICAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Em 15 de janeiro de 1699, foi encaminhada ao Rio de Janeiro, como visto, carta régia determinando a criação naquela capitania de uma *Aula de Fortificar*. Eis o documento:

CARTA RÉGIA, DE 15 DE JANEIRO DE 1699, DIRIGIDA AO GOVERNADOR E
CAPITÃO-GENERAL DO RIO DE JANEIRO

Artur de Sá e Menezes. Amigo. Eu El Rei vos envio m°. saudar. Por ser conveniente a meo

serviço: Hei por bem que nessa Capital em q ha engenheiro haja aula, em que elle possa ensinar a Fortificação; havendo nella tres Discipulos de partido. *Os quaes serão pessoas que tenham a capacidade necessaria para poderem aprender. E para se aceitarem: terão ao menos desoito annos de idade.* Os quaes, sendo soldados, se lhes dará alem de seo soldo, meio tostão por dia: e não o sendo, vencerão só o dito meio tostão. *E todos os annos serão examinados; para se ver se adiantão nos estudos e se tem genio para elles porq quando não aproveitem pella incapacidade serão logo excluidos; e quando seja pella pouca applicação, se lhes assignala tempo, para se ver o q se melhorarão e quando se não aproveitem nelle serão tambem despedidos.* E quando haja pessoas que voluntariamente queirão aprender sem partido: serão admittidas, e ensinadas; para q assim possa nessa mesma Conquista haver Engenheiros, e se evitem as despesas q sofrerem com os que vão desse Reino, e as faltas que fazem ao meo serviço emquanto chegão os que se mandão depoes dos outros serem mortos. De que me pareceo avisarvos: para que tenhaes entendido a resolução q fui servido tomar neste particular. E esta ordem mandareis registrar nas partes necessarias, e q se faça publicar para q venha a noticia de todos. Escrita em Lisboa a 15 de Janeiro de 1699. “Rey”. Conde de Alvor”. (Grifo nosso. PIRASSINUNGA, 1958, p. 9).

O único capitão engenheiro da capitania era Gregorio Gomes que já ensinava os artilheiros na prisão. Todavia, a Aula não pôde começar “por falta de livros, compassos e mais instrumentos destinados às aulas, os quais, até fins de 1700, não haviam chegado do Reino”. (PEREGRINO, 1967, p. 4-5).

Em 1700, no entanto, a Aula ainda não havia tido início, por falta de material, como se verifica na resposta do Rei a carta de dois de maio: “[...] em que representais não terem ai chegado os livros, compassos e mais instrumentos que pedistes e se vos avisou se remeteriam para se abrir a Aula nessa Praça, como tenho observado. (PONDÉ, 1972, p. 6).

Como visto, no ano de 1701, Gregorio Gomes foi enviado para a Colônia do Sacramento, a fim de cumprir o seu degredo.

A AULA DE ARTIFÍCIOS DE FOGO

Em 1710, foi criada no Rio de Janeiro a *Aula de Artifícios de Fogo*, em que predominava o ensino prático, que ficou sob a responsabilidade do capitão de artilharia Antônio Antunes, “*para o que tinha muita arte*”. (PEREGRINO, 1967, p. 47).

A CRIAÇÃO DO TÊRÇO¹⁶ DE ARTILHARIA

Apesar de há muito tempo existir artilharia na colônia, só em 16 de abril de 1736¹⁷, “foi creado um Corpo de Artilharia composto de 10 companhias destinado a guarnecer os Fortes do Rio de Janeiro”. (MONTEIRO, 1939, p. 170). O governador da capitania era Gomes Freire de Andrade.

A AULA DE ARTILHARIA

No ano de 1735, o Brigadeiro José da Silva Paes veio ao Rio de Janeiro com a missão de tratar dos planos de defesa elaborados pelo Brigadeiro João Massé, e acabou organizando uma *Aula de Artilharia*, junto com o Governador e Capitão-General Gomes Freire de Andrade, a ser implantada no recém-criado Terço de Artilharia.

A Aula foi aprovada através da carta régia de 19 de agosto de 1738 (mas, antes, pelo decreto de 13 de agosto de 1738), que é transcrita abaixo:

Dom João [...] Faço saber a vós Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro que por ser conveniente a meu serviço que nessa Praça aonde mandei formar de novo um terço de Artilheiros *haja Aula onde os oficiais e soldados do dito terço e as mais pessoas que quiserem aplicar-se possam aprender a teoria da Artilharia e uso dos fogos artificiais*, creando-se por esse modo oficiais que depois de instruídos na dita Aula possam ser empregados nos Postos da repartição da Artilharia dessa e das mais capitancias. Fui servido haver por bem por *decreto de treze deste presente mês* como se estabeleça a dita Aula e para mestre dela nomeei a *José Fernandes Pinto Alpoim que proxicamente provi no Posto de Sargento-mor do referido Terço, o qual além dos exercicios a que é obrigado pelo mesmo posto tera o de ditar postila, e ensinar a teoria da Artilharia a todos os que quiserem aplicar-se a ela e especialmente aos oficiais do dito Terço* que nesta primeira criação forem providos, *os quais serão igualmente obrigados a assistir as lições da Aula ao menos por tempo de cinco anos e faltando a elas serão castigados a nosso critério: e para o futuro* não podereis informar para os postos de Artilharia do Terço, nem aprovar para os *denombramentos oficial algum que não tenha frequentado a dita Aula e seja examinado e aprovado nas matérias que nela se ditarem*: E atendendo o trabalho que com estas lições acresce ao dito Sargento-mor e ao que terá com o exercício de Engenheiro ao que igualmente se ofereceu lhe fiz mercê do Soldo que lhe compete pelo dito posto, de uma compensação de dezesseis mil réis em cada mês a qual se lhe pagará enquanto ser na dita Aula mostrando por certidão no ato do pagamento haver satisfeito a esta obrigação e continuando-a por dez anos completos poderá recolher-se ao Reino, e lograr nele a mesma Patente e Soldo que vencem os mais Sargentos-

¹⁶ “Terço”, nessa época, já significava “regimento”.

¹⁷ Segundo Pondé (1972, pp. 6-7), a formação do Terço de Artilharia foi determinada por carta régia de 16 de Abril de 1736 e a Aula de Artilharia foi criada pelo brigadeiro José da Silva Paes. Todavia, Pirassinunga (1958, pp. 14-15) afirma que o Terço de Artilharia foi criado em 1738, junto com a Aula.

mores da Artilharia com a antiguidade da data do dito Decreto. (Grifo nosso. Carta Régia de 19 de agosto de 1738, *apud* BUENO, 2000, p. 49).

Apesar dos seus alunos não terem sido nomeados *engenheiros*, uma vez que a aula se destinava a *artilheiros*, “conhecem-se primorosos trabalhos cartográficos e plantas de grande rigor elaboradas por André Vaz Figueira e Manuel Vieira Leão, oficiais de Artilharia que faziam questão de assinar como discípulos de Alpoim”. (CURADO, 1999, p. 5).

Analisando o documento, podemos observar que a aula podia ser frequentada pelos “oficiais e *soldados* do dito terço e *as mais pessoas que quiserem aplicar-se* [...] [à] teoria da Artilharia e uso dos fogos artificiais, [...]. Cabe ressaltar que os *oficiais* eram “obrigados a assistir as lições da Aula ao menos por tempo de *cinco anos* e faltando a elas serão castigados a nosso critério: [...]”.

Também, mais adiante, teremos a oportunidade de observar que as aulas não se baseavam somente na teoria da artilharia, mas, igualmente, abordavam noções elementares de aritmética, geometria e trigonometria.

D. João V já avisa na carta que, no futuro, a aprovação na Aula será pré-requisito para a promoção do oficial aos demais postos.

De acordo com Bueno (2000), as aulas se baseavam em tratados (apostilas) produzidos pelos lentes e em textos clássicos. Todavia, a leitura desse material “não era passiva mas dos vários textos consultados compilava-se e discutia-se as questões mais relevantes, enfatizando o debate entre os vários autores e a própria opinião do lente sobre o assunto”. (p. 53).

Os lentes também costumavam aplicar exercícios em que os alunos tinham que copiar os desenhos que estavam nos tratados, a fim de facilitar, através desse procedimento, a compreensão da teoria. (*Ibidem*).

O LENTE JOSÉ FERNANDES PINTO ALPOIM E AS SUAS OBRAS

Segundo Bueno (2000), Alpoim era “vianense, [...] neto do célebre Manuel Pinto de Vilalobos – lente da ‘«Aula do Minho» - onde certamente Alpoim aprendeu a «doutrina» referente à profissão”. (p. 49). Em setembro de 1735, foi nomeado ajudante de infantaria com exercício de engenheiro e, mais tarde, em 1738, quando promovido ao posto de sargento-mor, foi designado para exercer as

funções de lente do Terço de Artilharia do Rio de Janeiro¹⁸.

Como lente, Alpoim elaborou dois compêndios didáticos: “Exame de Artilheiros”, publicado em 1744, e “Exame de Bombeiros”, de 1748¹⁹. Quanto aos seus conteúdos, Vieira (1997) afirma que

Em qualquer dos compêndios são abordadas noções elementares de aritmética, geometria e trigonometria, sendo, contudo, o segundo mais sofisticado, com os quatro primeiros dos dez “tratados” (cerca de 450 páginas) dedicados à nova trigonometria (cálculo logarítmico), geometria, longemetria e altimetria e à resolução de alguns problemas relacionados com a teoria dos números. (p. 48).

No tocante ao *Exame de Bombeiros*, cabe ressaltar que Alpoim dedica essa obra a Gomes Freire, “por ser este general quem concorreu eficaz e principalmente com o seu zelo e esforços para a criação da aula de artilharia do Rio de Janeiro”. (CARVALHO, 1891, p. 24).

AULAS DE FORTIFICAÇÃO E ARTILHARIA NO RECIFE

Em 1701, o capitão Luiz Francisco Pimentel foi nomeado engenheiro da capitania de Pernambuco, tendo sido designado “*Lente de fortificação*, superintendendo também na artilharia na ausência do sargento-mór engenheiro Pedro Correia Rebello, [seu antecessor] [...]”. (SEPULVEDA, 1919, V. 8, p. 390-391). Na artilharia, ele examinava a “raiz quadrada e formatura aos que necessitam da tal ciência” e tinha o “cuidado de ensinar os artilheiros”. (Carta Patente de 20 de abril de 1703, *apud* VITERBO, 1904, v. 2, p. 268).

Pelo seu empenho como lente de fortificação e como chefe e lente da artilharia, foi promovido a “engenheiro d’aquella capitania com o titulo de sargento-mór ad-honorem e com exercicio em artilharia, em 20 de abril de 1703, e alli falleceu em 1707 sendo sargento-mór”. (SEPULVEDA, 1919, V. 8, p. 390-391).

Devido ao falecimento de Luiz Francisco Pimentel, foi nomeado para o cargo o sargento-mor engenheiro João de Macedo Corte Real. (VITERBO, 1899, v. 1, p. 230).

18 “Nascido em Viana do Minho (hoje, do Castelo) em 14 de Julho de 1700, era tilho do coronel Vasco Fernandes de Lima que foi lente da Academia de Viana. Iniciou os seus estudos militares na Academia de Viana, onde chegou a ser lente substituto, e em 1736 era capitão engenheiro das fortificações da província do Alentejo, sob as ordens de Azevedo Fortes, que considerava como o seu “grande mestre”. Em 1738, D.João V nomeia-o sargento-mor do recém criado terço de artilharia do Rio de Janeiro, [...] tendo assumido a regência da aula de artilharia ali instituída em 1738”. (VIEIRA, 1997, p. 48).

19 “O ‘Exame de Artilheiros’ foi impresso em Lisboa em 1744, por José Amónio Plates, e o ‘Exame de Bombeiros’ em Madrid em 1748, por Francisco Martinez Abad, em língua portuguesa. (VIEIRA, 1997, p. 48).

O LENTE JOÃO DE MACEDO CÔRTE REAL

Como visto, em 1707 vagou o cargo de lente de fortificação da *Aula do Recife* devido ao falecimento do proprietário da mesma, Luiz Francisco Pimentel. Assim, foi nomeado para a função o sargento-mor “engenheiro-artilheiro” João de Macedo Côrte Real, que permaneceu lecionando essa cadeira até o ano de 1734, quando faleceu.

Sobre João de Macedo Côrte Real temos as seguintes informações coletadas em Viterbo (1894):

Foi nomeado capitão engenheiro para a praça de Mazagão por decreto de 11 de março de 1702. Allí serviu zelosamente tres annos, sendo nomeado em 1707 sargento mór engenheiro da capitania de Pernambuco, em substituição de Luiz Francisco Pimentel, que havia fallecido. [...]. (Archivo do Conselho Ultramarino, Livro 11 de Officios, folio 265 verso).

Em 23 de março de 1719 foi nomeado tenente general da artilheria. Era lente na aula de fortificações naquella cidade [Recife]. A carta que lhe confere o novo posto faz a enumeração de mais serviços e é um honroso documento, como se pode ver pela transcripção que passamos a fazer:

“Dom João etc. faço saber aos que esta minha carta patente virem que tendo respeito a João de Macedo Corte Real me haver servido na capitania de Pernambuco com o posto de sargento mór engenheiro nove annos e 9 mezes, desde 12 de dezembro de sete centos e sete the 12 de setembro de 717, em que actualmente ficava continuando, e no descurço do refferido tempo assistir as medições das fortificações daquella capitania com grande zello, [...], servindo de examinador da formatura dos esquadrões e manejo da artelharia, [...] estando actualmente lendo na aulla das fortificações com grande aproveitamento dos seus desipullos: e por esperar delle que em tudo o de que for encarregado de meu serviço se haverá com satisfação, conforme a confiança, que faço de sua pessoa: Hey por bem fazerlhe merce de o nomear (como por esta nomeo) no posto de thenente general da artelharia [...]. Dada na cide. de Lisboa occidental aos 23 dias do mes de março , [...], ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de 1719 – [...]. ElRey.” (Archivo do Conselho Ultramarino, Officios, livro 13, folio 352 verso). (Grifo nosso. VITERBO, 1894, pp. 344-346).

O LENTE DIOGO DA SYLVEIRA VELLOZO E SUA OBRA

Diogo da Sylveira Vellozo estava lecionando na *Aula de Fortificação do Recife* nos anos de 1732 e 1743, quando foram elaborados os seus dois últimos tratados de engenharia: “Opusculos Geometricos” e “Architectura militar ou fortificação moderna”, respectivamente. (Bueno, 2000, p. 49).

Chegou à América em 1702, quando da sua nomeação a capitão de infantaria, com exercício

de engenheiro, da nova Colônia do Sacramento. Todavia, segundo Curado (1997), o referido “capitão eng^o., estava no Rio de Janeiro e foi nomeado para Pernambuco, em 15 de Setembro [de 1704]. (código 132, p. 211, do A. H. U.)”. (p. 522).

Antes, em 1699, elaborou um tratado sobre “Geometria Pratica”, que está dividido em três tomos, baseado no que aprendeu com Francisco Pimentel, filho de Luiz Serrão Pimentel:

No primeyro se ensina a construcam de todos os problemas necessarios para o uso da fortificaçam. No segundo se trata da invençam dos Senos, Tangentes, e Secantes, com o seu uzo na soluçam dos triangulos. No terceyro se contem a fabrica dos logarithmos, assim dos numeros absolutos, como dos mesmos Senos, Tangentes, e Secantes com a mesma, soluçam dos triangulos, e de muytos outros problemas coriozos dictados na Academia Real da fortificaçam. Por Francisco Pimentel. Engenheiro mor do Reyno. (*Apud* BUENO, 2000, p. 49).

A obra manuscrita “Opusculos Geometricos” (1732) está dividida em quatro tratados, a saber:

O primeyro da divizam das superficies. O segundo da fabrica e uzos do Patometra [sic]. O terceyro de problemas varios de geometria, trigonometria e fortificaçam muy curiozos. O quarto da forma em que se devem extender os tres pez de hombro a hombro e sette de peyto a espalda na formatura dos esquadrões com varios problemas da sua formatura e outros de Arithmetica e no fim explicaçam das medidas dos canos de agua que se uzam em Portugal. (*Ibidem*).

Quanto ao tratado de “Architectura militar ou fortificação moderna”, elaborado em 1743, este trata, além de outros assuntos, da importância do *desenho* para a Arquitetura Militar. De acordo com Curado (1997), a obra é dividida em duas partes “a primeira iconográfica, a segunda ortográfica” (p. 522).

Em 1746, Diogo da Silveira Veloso encontrava-se lecionando na Aula de Fortificação e Artilharia do Recife, conforme requerimento do próprio, de 31 de outubro desse ano, citado por Curado (1997, p. 522):

[...] e não podendo ler na Aula da Fortificação o Ex. General Engenheiro pelos seus achaques se encarregou o suplicante voluntariamente da dita Aula, ditando nela diariamente as matérias de fortificação e artilharia com aproveitamento dos partidistas e mais oficiais e soldados que nelas se exercitam, continuando sempre com honrado procedimento, grande actividade e zelo no serviço, não lhe embaraçando a dita Aula o fazer a sua obrigação. Nem tendo por

este trabalho mais soldo ou emolumento algum. (Requerimento de 31 de Outubro, existente no A.H.U.).

No ano de 1750, a sua morte foi comunicada ao soberano, através de ofício do governador da capitania: “Comunicação da sua morte “engenheiro que foi da Capitania por mais de 40 anos e ligado a todas as reformas e obras públicas de Pernambuco este século”. (Ofício do Governador, de 23 de Agosto, A.H.U., *ibidem*).

CONCLUSÃO

Como podemos observar, as aulas públicas militares aqui citadas foram criadas com a finalidade de formar naturais para exercerem atividades nas áreas da artilharia e da engenharia militar, cruciais para a defesa e expansão do território americano.

O governo português não dispunha de verbas para contratar profissionais dessas áreas no estrangeiro e nem de portugueses reinóis, em número suficiente, que pudessem exercer essas atividades nas suas colônias.

Acreditamos que essas aulas ofereceram uma oportunidade de estudo e de ascensão social, principalmente, para os americanos pobres (meninos²⁰, jovens e adultos) que não fossem negros.

Também ofereceram a oportunidade dos americanos estudarem a *Matemática*, disciplina raras vezes ministrada nos poucos colégios que existiam na América portuguesa.

Quanto ao ensino formal da Matemática no Brasil, Serafim Leite (1949) afirma que ele principiou “pela *Lição de Algarismos* [ministrada pelos jesuítas], ou primeiras operações, ensino gradativamente elevado, [...]”. (p.163).

Mais tarde, em 1605, a *Aula de Aritmética* era dada “nos três Colégios da Baía, Rio de Janeiro e Pernambuco, [...]”. (SERAFIM LEITE, 1949, p. 163).

Alguns matemáticos de renome da Companhia de Jesus estiveram, entre 1640 e 1750, na América Portuguesa, mas não sabemos se eles ensinaram essa disciplina.

Em 1641, encontrava-se na Bahia o famoso jesuíta Inácio Stafford (ou Lee), Mestre de Matemática do Colégio de S. Antão, que dentre várias obras escreveu “Geometria de Euclides - Elementos Matemáticos”, e “Teoremas Matemáticos”, ambas impressas em Lisboa. Segundo Serafim

²⁰ Em pesquisa realizada no Curso de Doutorado, que será divulgada posteriormente, pude comprovar que meninos a partir de nove anos frequentavam as aulas militares.

Leite (1949), ele “Viera dois anos antes com o Vice-Rei Marquês de Montalvão e com ele voltou a Lisboa”. (*Idem*, pp. 163-164).

Em 1663, o jesuíta “Valentim Estancel (no Brasil conhecido como Valentim de Castro), Professor de Matemática nas Universidades de Praga e Olmutz, e em Elvas, e na Aula da Esfera do Colégio de S. Antão de Lisboa” veio para a América onde viveu “42 anos, falecendo na Baía, a 19 de Dezembro de 1705. Deixou vasta bibliografia”. (*Idem*, p. 165).

No reinado de D. Pedro II esteve na América o jesuíta Manuel do Amaral que foi mestre de matemática na Universidade de Coimbra por três anos (1686-1689). Em 1688, ele pediu permissão para vir ao Maranhão, o que ocorreu em 1690, “onde viveu 8 anos, com o zêlo e extraordinário fervor”. (*Idem*, p. 164).

Todavia, o ensino da matemática foi de tal modo se degradando nos colégios jesuítas portugueses que, em 1692 se tornou necessária a intervenção dos superiores da Ordem: “Em 1692 foi endereçado para Portugal um conjunto de ordenações do provincial Tirso González em que a questão é observada com muita dureza”. (CARVALHO, 2001, pp. 380-381). A censura superior apontava como causa da decadência do ensino, não a falta de professores, mas a deficiência no “funcionamento dos próprios Colégios onde se reflectiria o desinteresse dos Superiores pelo ensino da Matemática”. (*Idem*, p. 381). As autoridades da Companhia sabiam da “resistência dos superiores ao estabelecimento ou ao desenvolvimento do ensino daquela matéria”. (*Idem*, p. 382).

REFERÊNCIAS

- BUENO, Beatriz P. Siqueira. Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares. In: REVISTA OCEANOS – A construção do Brasil urbano, Lisboa, Comissão dos Descobrimientos Portugueses, nº. 41, janeiro/março 2000, trimestral.
- CARVALHO, Francisco Augusto Martins de. **Diccionario Bibliographico Militar Portuguez**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. Vol. I.
-
- CARVALHO, Rómulo de. **História do ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- CORDEIRO, João Manuel. **Apontamentos para a história da artilheria portuguesa**.

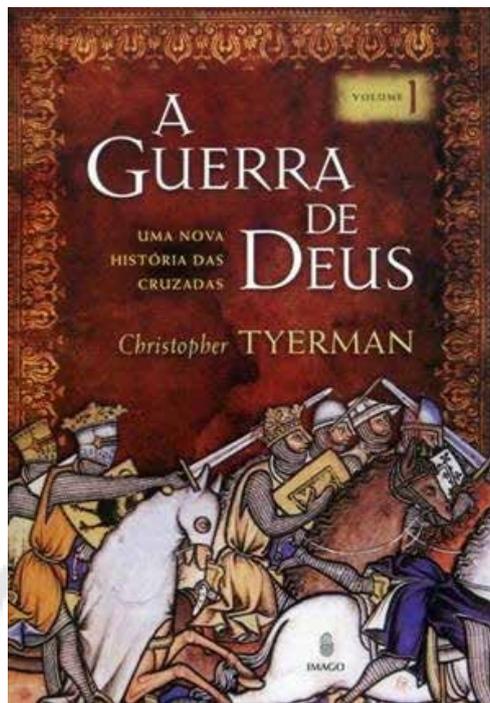
Lisboa: Commando Geral da Artilheira, 1895.

- CORREIA, Delmira Alberto. A engenharia militar portuguesa no Brasil: o ensino e a prática da “fortificação” dos séculos XVI a XVIII. In: CORREIA, João Rosado (Coord.). **Fortificações portuguesas no Brasil: dos descobrimentos à época pombalina**. Monsaraz: Fundação Convento da Orada, 1999.
- CURADO, Silvino da Cruz. O ensino militar no Brasil antes da Independência. **Actas do VIII Colóquio de História Militar “Preparação e Formação Militar em Portugal”**. Lisboa, Palácio da Independência, de 3 a 5 de Novembro de 1997, Comissão Portuguesa de História Militar.
- _____. **O ensino da engenharia militar no Brasil até a Independência**. Texto baseado na apresentação do autor no “Simpósio comemorativo dos 300 anos da criação da aula de fortificação no Rio de Janeiro”, realizado de 9 a 11 de agosto de 1999, na Biblioteca do Exército. (Texto avulso encontrado no Arquivo Histórico do Exército).
- HESPANHA, António Manuel (Coord.). **Nova História Militar de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, vol. 2.
- MAGALHÃES, J. B. **A evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- MASCARENHAS, António José Maia de. **Resenha histórica**. Livro comemorativo dos 350 anos. Lisboa: Engenharia Militar Portuguesa, 1997. V. 1.
- MONTEIRO, Jônatas do Rêgo. **O Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.
- PEREGRINO, Umberto. **História e projeção das instituições culturais do exército**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967. (Coleção Documentos Brasileiros, 128)
- PIRASSINUNGA, Adailton. **O ensino militar no Brasil (Colônia)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.
- PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. A Academia Real Militar: sua instalação e o ensino militar. **REVISTA DO IGHMB**, número do sesquicentenário, volume LII, 1972.
- _____. Casa do Trem. In: **A Engenharia Militar no Exército Brasileiro**. Texto baseado na apresentação do autor na “Conferência realizada no Museu Histórico Nacional, no dia

12 de Outubro de 1962, no bicentenário da ‘Casa do Trem’”. (Texto avulso encontrado no Arquivo Histórico do Exército).

- SEPULVEDA, Christovam Ayres de Magalhães. **Historia Organica e Política do Exercito Português: Provas**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910. Vol. 5.
- _____. _____. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919. V. 7 e 8.
- SERAFIM LEITE, S. I. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Livraria Civilização Brasileira; Lisboa: Livraria Portugália, 1949. Tomo VII (Séculos XVII – XVIII).
- VIEIRA, Belchior. Contribuição dos militares portugueses para a introdução da cultura matemática no Brasil. **II Encontro Luso-Brasileiro de História da Matemática e II Seminário Nacional de História da Matemática (Actas)**. Tema: A contribuição de matemáticos portugueses para o desenvolvimento da matemática no Brasil. Águas de São Pedro, São Paulo, 23 a 26 de março de 1997, Sérgio Nobre Editor.
- VITERBO, Sousa (Coord.). **Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899. V. 1.
- _____. _____. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904. V. 2.
- _____. _____. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922. V. 3.
- _____. Expedições scientifico-militares de Portugal no Brasil. In: Revista Militar, n. 14, de 1894, anno XLVI.
- _____. _____. In: Revista Militar, n. 4, de 1895, anno XLVII.

Livro em Destaque



Em 'A Guerra de Deus', Christopher Tyerman apresenta um relato sobre a violência, crueldade e fervor religioso que marcou o encontro da Europa com o Islã, numa perspectiva diferente da contada por Steven Runciman em 1951.

Ficha Técnica:

Título: A Guerra de Deus - Uma Nova História das Cruzadas

Autor: Tyerman, Christopher

Editora: Imago Editora

Edição: 1ª

Ano: 2010

ISBN: 8531210704





Revista Brasileira de

História Militar

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos.

Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.